

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 8 • 1999 / 2000



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
1999 / 2000

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 8 • 1999/2000

ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E

RESPONSÁVEL CIENTÍFICO - João Luís Cardoso

PREFÁCIO - Jorge de Alarcão

FOTOGRAFIA - Autores assinalados

DESENHO - Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados

PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação da
Câmara Municipal de Oeiras

CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do
Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas, 2745-615 BARCARENA

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange Wanted
Tauscherverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Impresse 4

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ASPECTOS DO POVOAMENTO DA BAIXA ESTREMADURA NO DECURSO DA IDADE DO BRONZE^(*)

por João Luís Cardoso⁽¹⁾

1 – ÂMBITO TEMÁTICO E GEOGRÁFICO

Neste trabalho pretende-se apresentar uma síntese da evolução da ocupação humana da Baixa Estremadura – entendida como delimitada, a Norte, pelo paralelo de Torres Vedras e, a Sul, pelo estuário do Sado – no decurso da Idade do Bronze. Este ensaio basear-se-á, deste modo, nas evidências arqueológicas mais relevantes, com base nas quais se tecerão considerações de carácter económico e social, numa perspectiva diacrónica, sobre as comunidades humanas que, sucessivamente, ocuparam a região assim definida, no período em questão.

As razões para esta escolha decorrem, antes de mais, da grande soma de dados, heterogéneos e de valor desigual que, até agora dispersos, justificavam estudo de conjunto, susceptível de lhes conferir maior significado, no quadro regional proposto. Trata-se, pois, de ensaio original, complementar de um outro, essencialmente dedicado à Idade do Ferro (CARDOSO, 1995), destinado a colmatar as lacunas de um dos períodos pior conhecidos da Pré-História da região, apesar da aludida diversidade e riqueza do registo arqueológico conhecido. Esta situação compreende-se, mercê das condições naturais prevaletentes na região: solos férteis, boa insolação, relevos suaves, abundância de água e uma rede hidrográfica regular, amenidade climática e, ainda, a proximidade dos estuários do Tejo e do Sado, domínios abundantes de recursos, facilmente exploráveis ao longo de todo o ano. Mais tarde, quando os contactos comerciais adquiriram importância determinante na economia regional, esta região continuou a revelar-se propícia, mercê da sua posição geográfica, francamente aberta à navegação oceânica, e favorável, como nenhuma outra do nosso litoral, à penetração no interior, através dos rios Tejo e Sado, então constituídos em importantes vias de circulação de pessoas e

(*) - Este trabalho corresponde à lição apresentada no âmbito das provas de Agregação em Pré-História na Universidade Aberta, em 29 de Junho de 2000.

(1) - *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras – Câmara Municipal de Oeiras.*

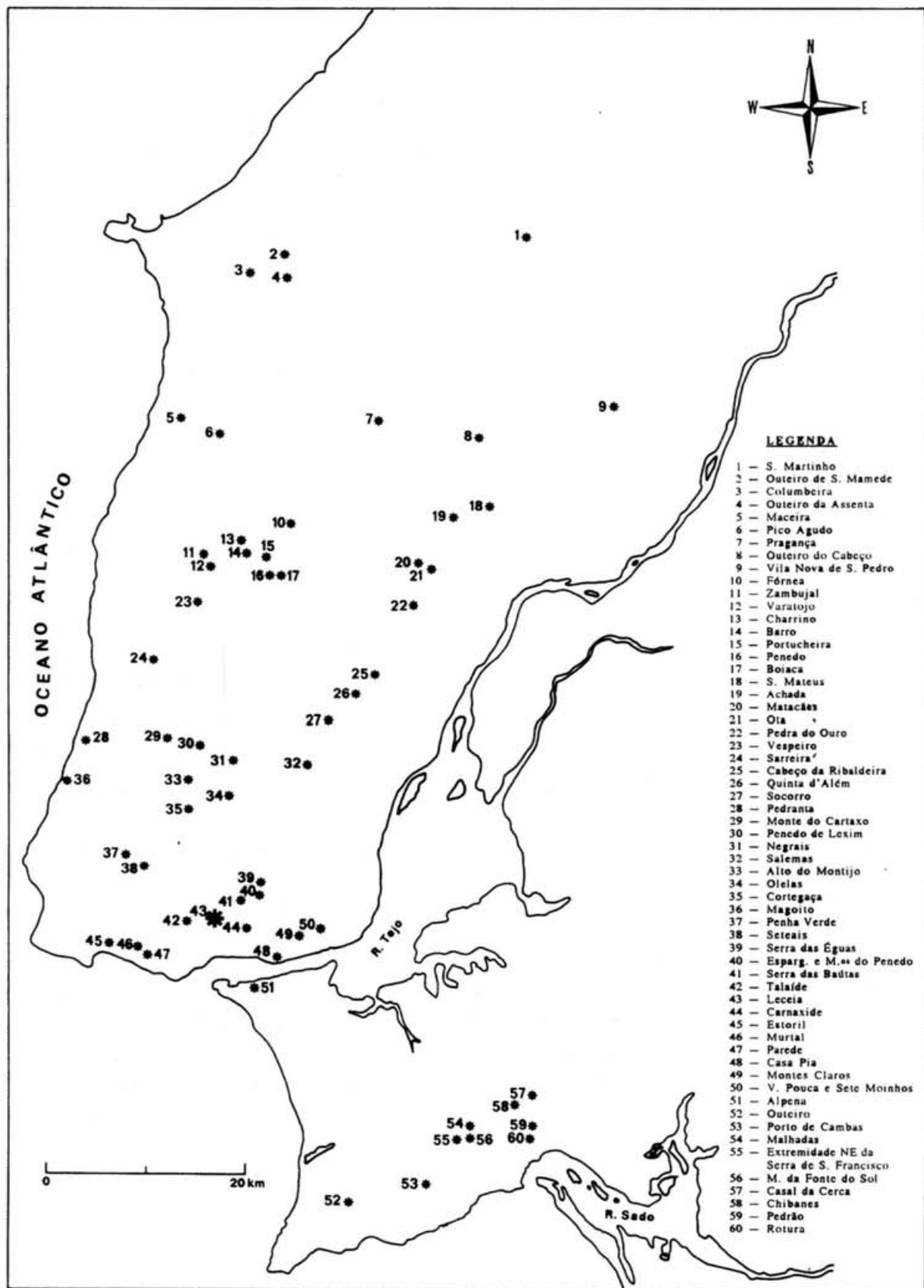


Fig. 1 - Principais povoados calcolíticos da Estremadura (CARDOSO, 1997).

comércio de mercadorias. Assim sendo, a Baixa Estremadura, tornou-se uma área-chave dos contactos entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior, cujo conhecimento é incontornável para a compreensão dos processos de intensificação económica e de diferenciação social, ocorridos a uma escala mais vasta, no decurso da Idade do Bronze, época de complexa transição para os tempos proto-históricos.

2 – O FINAL DO CALCOLÍTICO E O BRONZE INICIAL (O “FENÓMENO” CAMPANIFORME)

Há muito que foi reconhecida a importância do povoamento calcolítico da Baixa Estremadura, a primeira região do País onde se caracteriza a presença de uma formação cultural e social, com significado próprio (Fig. 1).

É bem conhecida a presença de núcleos habitados ao longo dos relevos marginais do vale do Tejo, e nas imediações dos estuários do Tejo e do Sado. O modelo de povoamento subjacente à dispersão geográfica observada, caracterizava-se pela concentração da população em locais com boas condições naturais de defesa, frequentemente reforçados pela construção de dispositivos defensivos, por vezes complexos, como são os de Zambujal e de Leceia (Fig. 2, 3). Casos como os referidos, constituíam importantes centros demográficos e aglutinadores à escala regional, mantendo-se activos em quase toda a primeira metade do III milénio AC.

O declínio deste modelo de povoamento iniciou-se ainda antes de atingidos os meados do referido milénio, como se deduz dos resultados cronométricos obtidos em Leceia (CARDOSO, 1997, 2000 a; CARDOSO & SOARES, 1996). Nessa época, o imponente dispositivo defensivo, construído cerca de 300 anos antes, encontrava-se já em parte arruinado e desactivado, apesar de ser nessa fase – o Calcolítico Pleno da Estremadura – que a população ali sediada terá atingido o auge do seu desenvolvimento económico. Tais aparentes desarmonias, bem como as razões que conduziram ao declínio destas importantes fortificações, ainda se não encontram suficientemente conhecidas (se é que alguma vez tal se venha a verificar). Apesar de cada uma delas ter conhecido evolução específica, o certo é que o aludido declínio mais não é que o reflexo do colapso do modelo económico-social que representavam, caracterizado por competição generalizada pela posse dos melhores recursos, em clima de hostilidade permanente (guerra endémica), que caracterizou boa parte do III milénio AC na área estremenha. Esta situação seria ainda agravada pela ausência de um poder estruturado, susceptível de arbitrar os conflitos.

Da realidade descrita, que, a prolongar-se por mais tempo, conduziria ao colapso do próprio processo de desenvolvimento económico, resultou a fissão social daquelas comunidades, em múltiplos núcleos, em geral de pequenas dimensões (Fig. 4, 5), que, doravante, passaram a ocupar sítios abertos, dispersos pelo espaço geográfico tanto a norte como a sul do estuário do Tejo; neles se diluiu a massa

demográfica antes aglomerada em sítios fortificados ou providos de defesas naturais evidentes, como o de Leceia.

Foi neste contexto de profunda mudança social de meados do III milénio AC que as cerâmicas campaniformes, aparecidas pouco antes na Estremadura, atingem o seu auge na região, conforme indicam os resultados radiométricos dos escassos conjuntos campaniformes datados (CARDOSO & SOARES, 1990/1992).

A eclosão de tais cerâmicas, sem antecedentes na região é, deste modo, coincidente no espaço e no tempo, mas independente, do processo de fissão social então em curso, determinado por causas endógenas, inerentes à evolução da própria sociedade calcolítica. Exemplo frisante desta realidade foi evidenciado em Leceia. Assim, enquanto que na área imediatamente extramuros da fortificação calcolítica se identificaram duas cabanas (Fig. 6, 7), onde, de entre as numerosas cerâmicas decoradas, eram exclusivas as campaniformes (Fig. 8, 9), já no interior da fortificação, e em níveis coevos daquelas estruturas, com base nos resultados obtidos pelo radiocarbono, tais cerâmicas são vestígias, acompanhando os materiais decorados característicos do Calcolítico Pleno da Estremadura (CARDOSO & SOARES, 1990/1992; CARDOSO, 1997/1998 a). Qual o significado de tão marcadas diferenças da cultura material, observadas em *loci* tão próximos e contemporâneos da mesma estação arqueológica? Por outras palavras: corresponderiam as cerâmicas campaniformes estremenhas apenas a uma moda, rapidamente adoptada pelas populações locais, ou, pelo contrário, as novas formas, técnicas e temáticas decorativas, seriam o reflexo da chegada de populações – não necessariamente numerosas – rapidamente mescladas com os habitantes sediados na região? Com efeito, com a eclosão de tais cerâmicas, evidencia-se, pela primeira vez, o estabelecimento de uma difusão, por via marítima atlanto-mediterrânea, de recipientes característicos, desde a Bretanha à Sicília, correspondendo a região estremenha a um dos focos mais importantes da sua presença: trata-se dos vasos campaniformes “marítimos”, nas duas variantes conhecidas mais comuns: a “herringbone” (Fig. 10) e a “linear” (Fig. 11).

Esta é uma questão que perpassa décadas de discussão e que está longe de solucionada. Não sendo este o local para a aprofundar, importa todavia salientar que a plena afirmação das cerâmicas campaniformes na Baixa Estremadura, em meados do III milénio AC se encontra expressivamente documentada nos aludidos povoados abertos, implantados em zonas planas, de encostas suaves (Fig. 5) ou no topo de pequenas colinas da região (Fig. 4). Ali se continuariam a desenvolver actividades agro-pastoris intensivas e extensivas, em regime permanente, que caracterizaram a economia destas comunidades. Assim sendo, é de admitir que o processo de intensificação económica observado anteriormente, tenha sido reforçado pelo novo modelo sócio-económico adoptado no final do Calcolítico. O seu sucesso encontra-se comprovado pela presença de artefactos de assinalável custo e de difusão supra-regional, com destaque para os de cobre, cuja manufactura, requerendo minérios não disponíveis por certo em quantidade suficiente na Estremadura, só era possível pela existência de assinaláveis excedentes susceptíveis de serem permutados, resultantes da intensificação produ-



Fig. 2 - Fotografia aérea oblíqua do povoado fortificado calcolítico de Leceia (Oeiras), implantado em esporão rochoso. Foto de G. Cardoso.

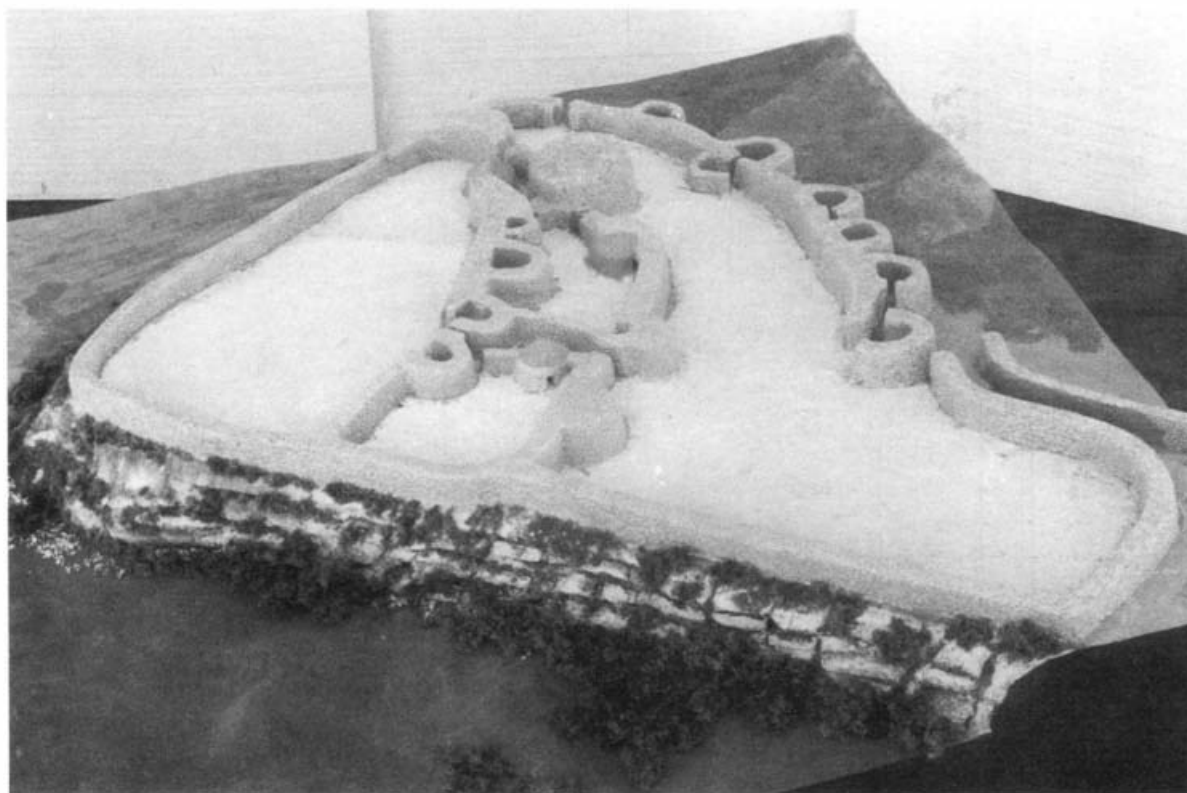


Fig. 3 - Reconstituição em maqueta do dispositivo defensivo calcolítico do povoado de Leceia (Oeiras), com base nas escavações ali efectuadas (1983-2000) pelo signatário. Foto de G. Cardoso.



Fig. 4 - Vista geral da colina do Alto do Montijo (Sintra). Foto de J.L. Cardoso.



Fig. 5 - Vista da encosta do Monte do Castelo, Leceia (Oeiras). Foto de J.L. Cardoso.



Fig. 6 - Leceia (Oeiras). Vista geral da *Cabana EN*. Foto de J.L. Cardoso.



Fig. 7 - Leceia (Oeiras). Vista parcial da *Cabana FM*. Foto de J.L. Cardoso.

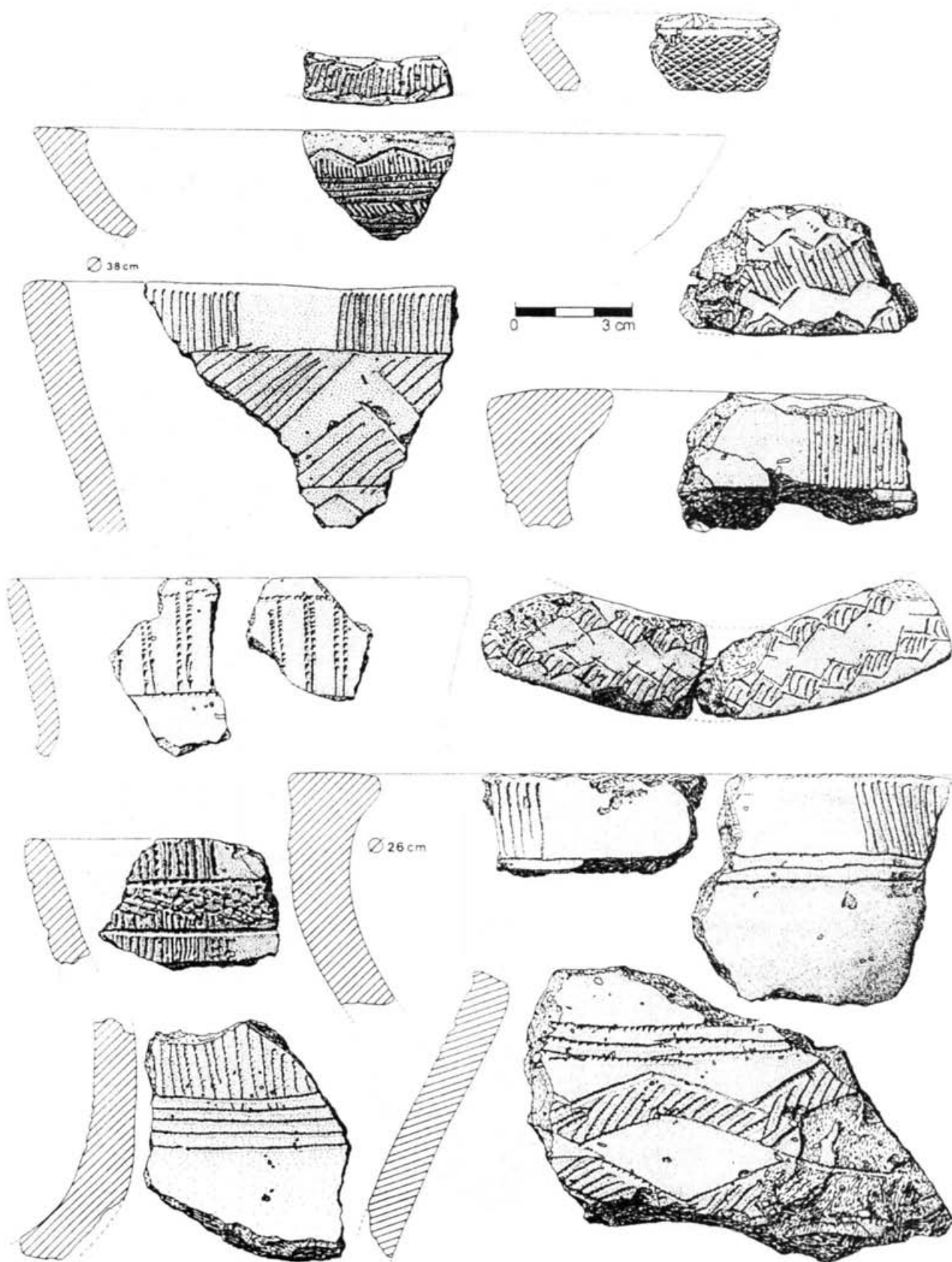


Fig. 8 - Cerâmicas campaniformes da *Cabana EN* de Leceia.

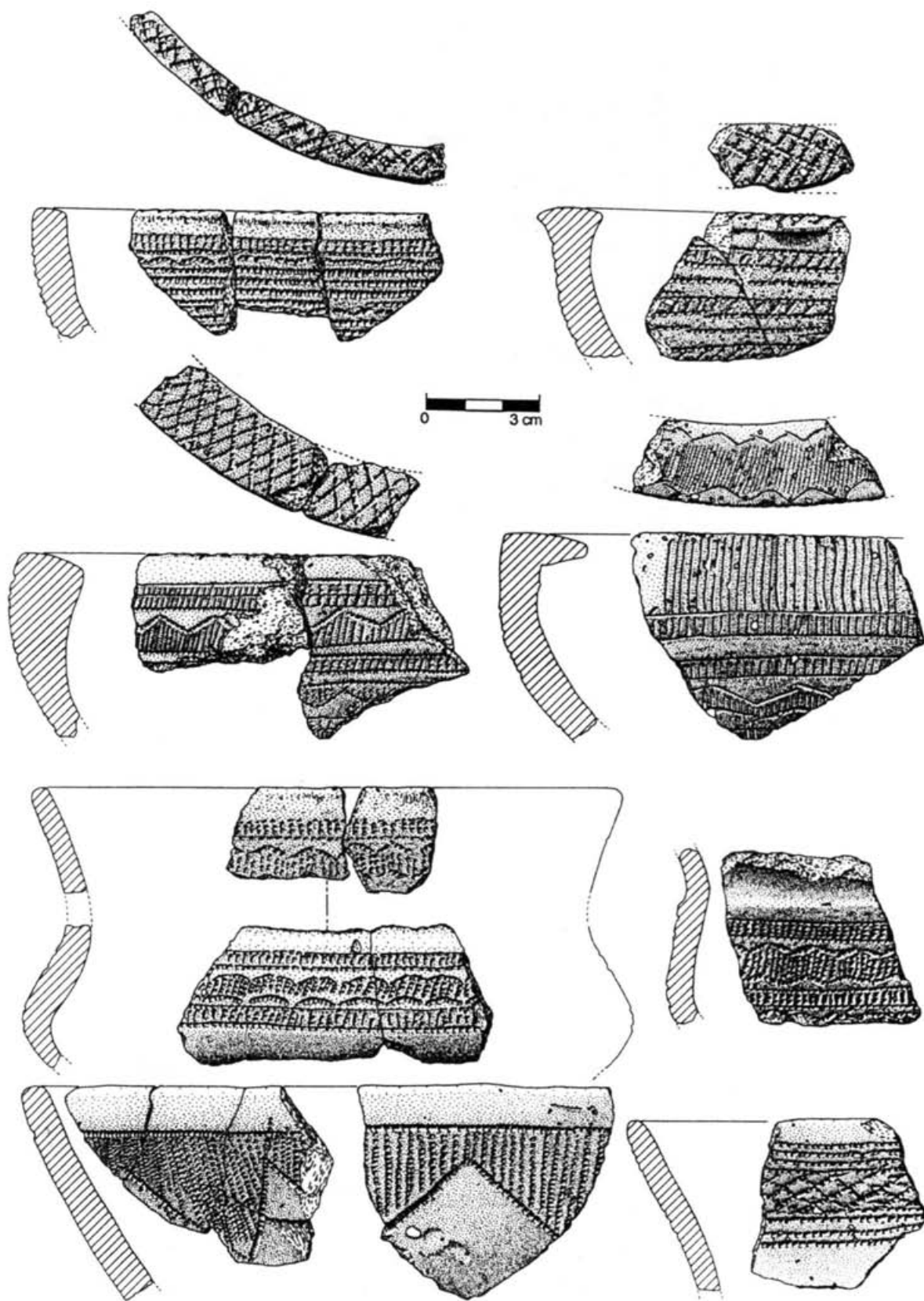


Fig. 9 - Cerâmicas campaniformes da *Cabana FM* de Leceia.

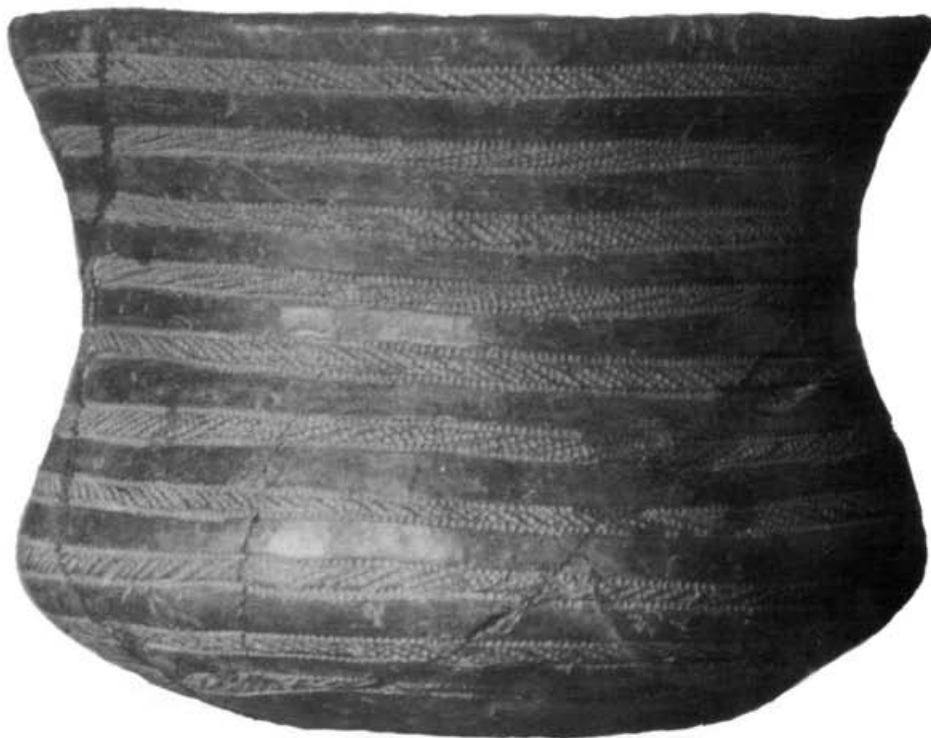


Fig. 10 - Vaso campaniforme “marítimo” das grutas artificiais de Alapraia, Estoril com decoração, obtida a pontilhado. Foto de O. da Veiga Ferreira, com redução idêntica ao da Fig. 11.

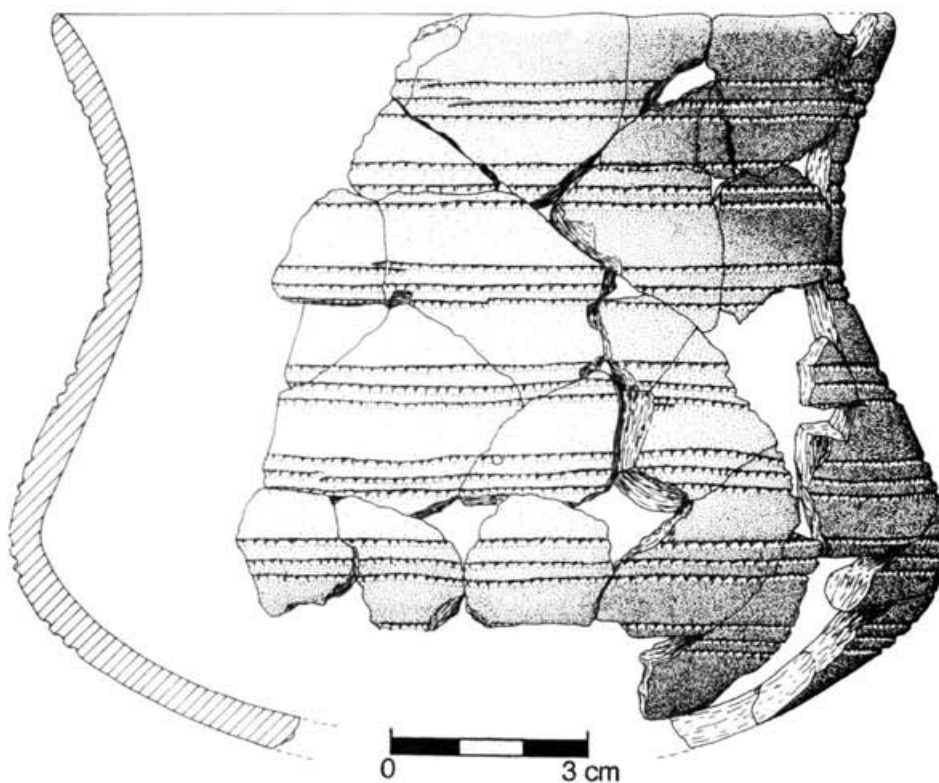


Fig. 11 - Vaso campaniforme “marítima” dcom decoração AOO do tipo linear, obtida a pontilhado (CARDOSO *et al.*, 1996, Fig. 57, n.º 3).

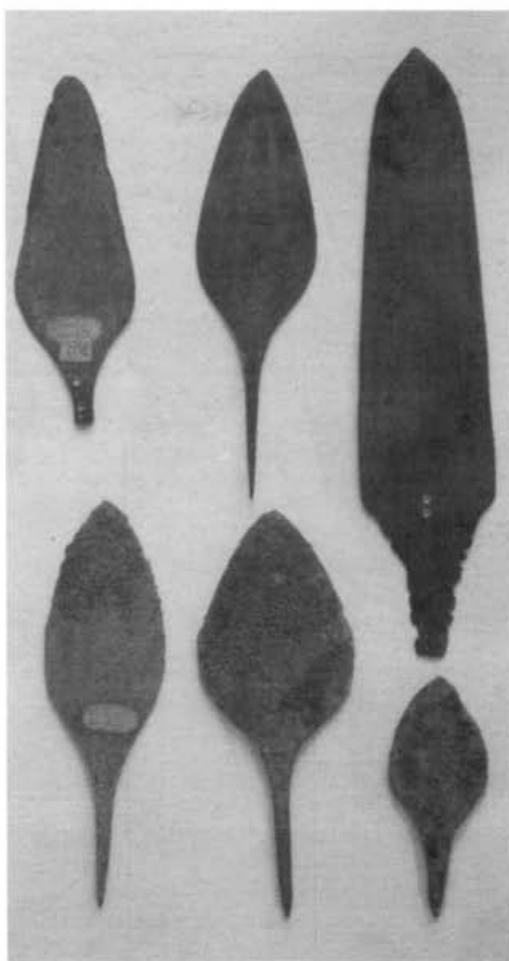


Fig. 12 - Conjunto de armas campaniformes da Baixa Estremadura (Grutas de Palmela e sepultura de Montelavar). Foto de O. da Veiga Ferreira (reduzida).

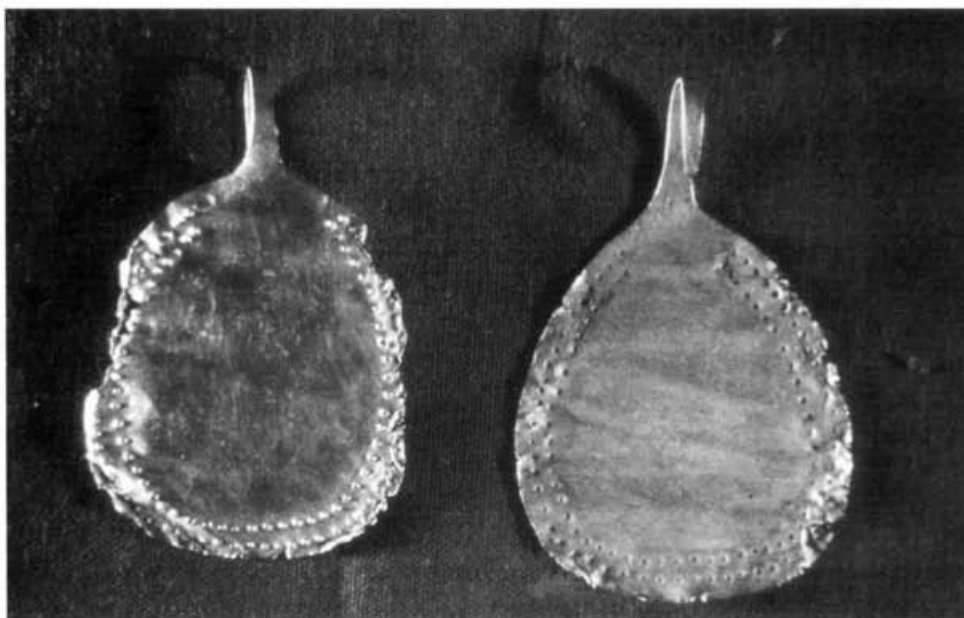


Fig. 13 - Brincos de ouro da gruta artificial da Ermegeira (Torres Vedras). Foto de M. Farinha dos Santos (ampliada).

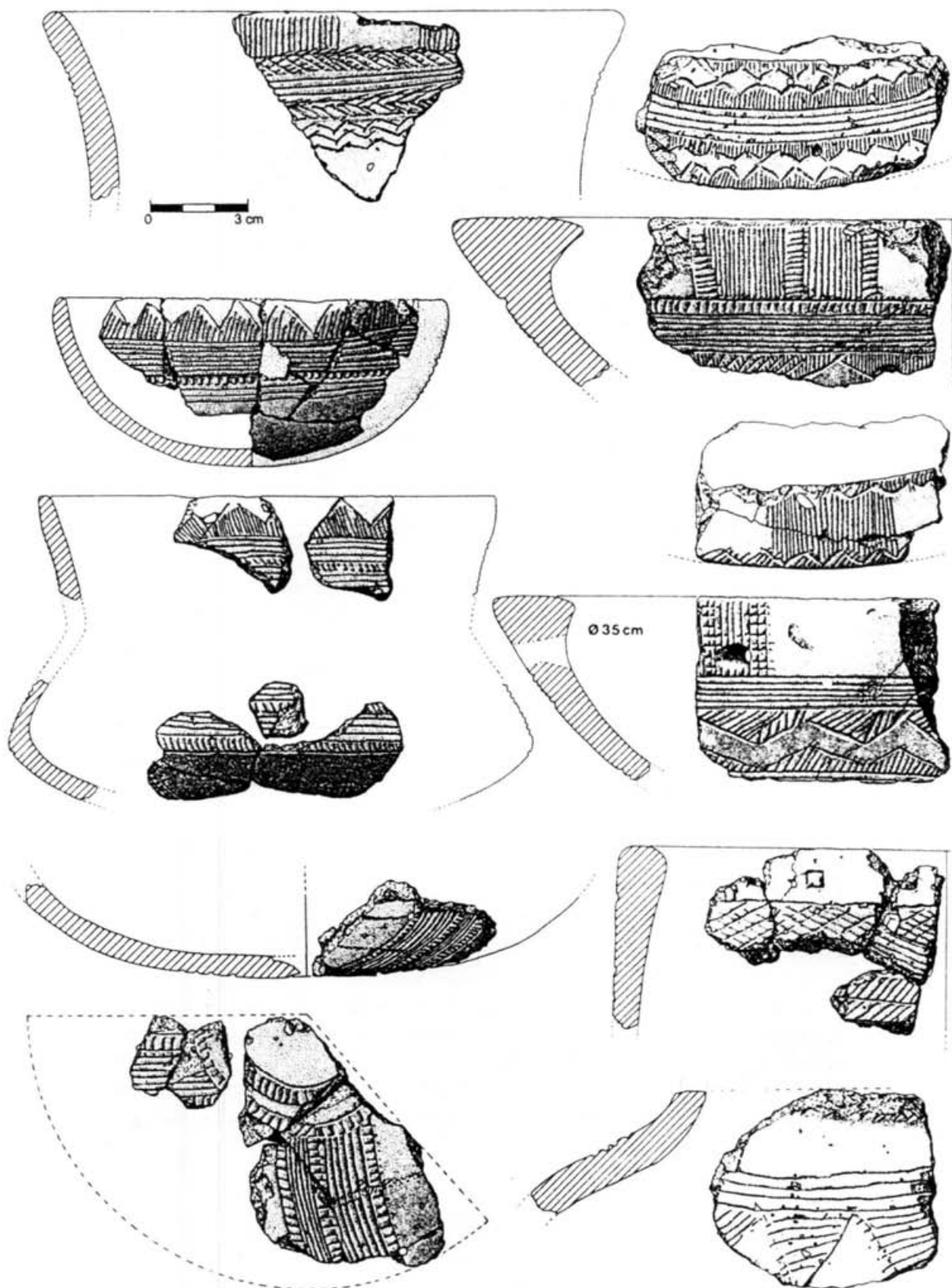


Fig. 14 - Cerâmicas campaniformes do Monte do Castelo, Leceia (Oeiras).

va de cariz agro-pastoril (Fig. 12). O mesmo raciocínio também é válido caso se admita a sua obtenção como produtos já manufacturados. Esta realidade explica ainda a presença, pela primeira vez no registo arqueológico, de jóias auríferas (Fig. 13). Assim, o declínio dos grandes povoados fortificados, não poderá ser confundido com qualquer regressão económica e social, como seríamos, ingenuamente, levados a admitir, numa análise mais superficial da realidade arqueológica. Ao contrário, a presença de tais peças ilustra a continuidade do processo de crescente diferenciação social, apoiado ainda pela relevância crescente das armas: além de pontas Palmela, ocorrem punhais de lingueta, de comprimento crescente, que evoluem para adagas e, por fim para espadas de lingueta, de extrema raridade, como o exemplar de Pinhal dos Melos, Fornos de Algodres. Esta panóplia parece, deste modo, configurar a emergência de um segmento guerreiro, só plenamente afirmado na Idade do Bronze, no seio de uma sociedade que era também constituída por pastores, agricultores, comerciantes e artífices.

É este panorama que corresponde ao Bronze Inicial da região em estudo, situável nos últimos séculos do III milénio AC. Significativamente, é então que se afirmam as primeiras sepulturas individuais, em cistas planas, como a de Montelavar (NOGUEIRA & ZBYSZEWSKI, 1943), com armas (pontas de Palmela e punhal de lingueta), mas já sem as características cerâmicas decoradas campaniformes.

Uma, entre outras questões, permanece, porém, em aberto: corresponderiam tais núcleos, de pequenas dimensões e desprovidos de condições naturais de defesa, a sítios auto-suficientes, eventualmente ligados por laços de parentesco, por exemplo, troca de mulheres, que justificariam a constância das características decorativas das cerâmicas campaniformes tardias, de evidente fabrico local, dominadas por materiais incisos, onde o vaso “marítimo” já não ocorria (Fig. 14)? Ou, ao contrário, integrariam territórios alargados, geridos por povoados mais importantes, situados em pontos estratégicos (não necessariamente de altura), ainda não referenciados, renunciando o modelo de territorialização do Bronze Final? O registo arqueológico conhecido sugere como mais provável a primeira hipótese.

3 – O BRONZE PLENO

A densa ocupação calcolítica da Baixa Estremadura, prolongada, pelos primeiros tempos da Idade do Bronze, pelas derradeiras cerâmicas campaniformes de estilos locais, contrasta com a pobreza do registo arqueológico conhecido relativo ao Bronze Pleno.

Parece observar-se um “apagamento” na paisagem dos povoados, talvez em consequência de menor estabilidade demográfica: à imponente das fortificações calcolíticas como as referidas, construídas em altura e feitas para durarem e serem vistas, sucede-se um povoamento discreto, dificilmente identificável no terreno. Esta realidade poderá, contudo, ser apenas o reflexo de uma efectiva quebra demográfica, talvez devida à degradação climática observada no decurso da primeira metade



Fig. 15 - Vista para sul, dominado o estuário do Tejo, obtida do povoado do Bronze Pleno do Catujal, Sacavém (Loures). Foto de J.L. Cardoso.

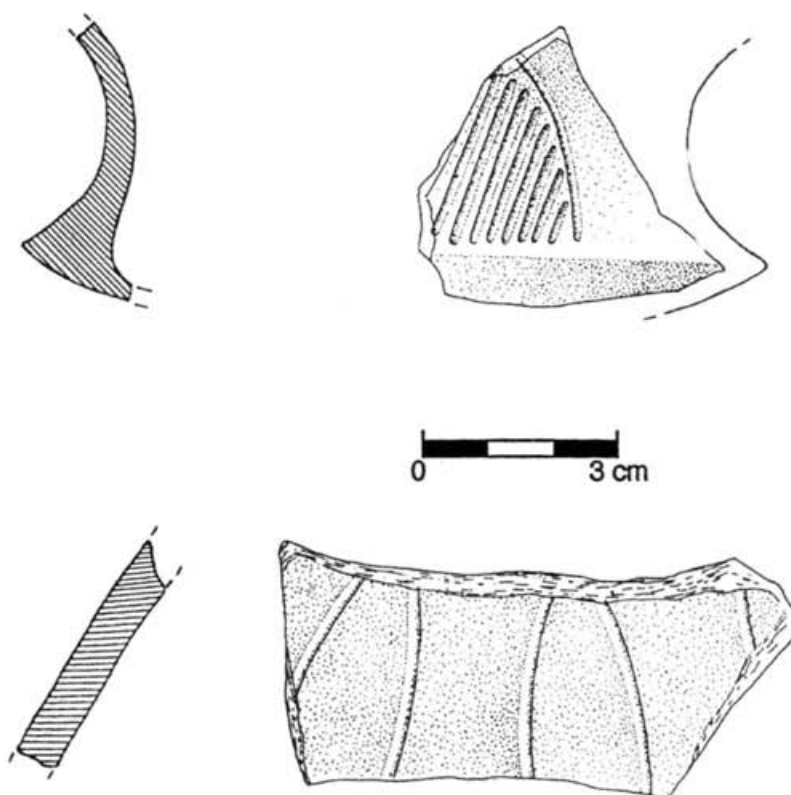


Fig. 16 - Cerâmicas do povoado do Bronze Pleno do Catujal, Loures, denunciando estreitas afinidades com o Bronze do Sudoeste. Seg. CARDOSO & CARREIRA, 1993, fig.2, nº. 5 e 6.

do II milénio AC. Com efeito, nessa época, foi observada, no fértil vale do Guadalquivir, evolução climática no sentido de maior aridez (CARO, 1989), invocada para explicar situação análoga à verificada na Baixa Estremadura. Aqui, apenas um povoado revelou, até ao presente, uma ocupação pura do Bronze Pleno; situa-se perto de Catujal, Loures na extremidade de um istmo, limitado de ambos os lados por vales profundamente entalhados, dominando, de cerca de 100 m de altitude, o delta interior do Tejo. O sítio possui, deste modo, invulgares condições naturais de defesa, de onde se descortinam vastos horizontes para Sul (Fig. 15). Infelizmente, foi quase totalmente destruído, em 1982; os materiais que dele se conhecem resultaram apenas de recolhas à superfície e em corte estratigráfico, que evidenciou apenas uma ocupação arqueológica. Ao lado de recipientes de dimensões médias a grandes, destinados ao armazenamento, ocorrem recipientes de menores dimensões, de filiação evidente no Bronze Pleno do Sudoeste, representados, entre outros, por taças de tipo Santa Vitória e vasos de colo apertado, com decoração de nervuras verticais (Fig. 16). Deste modo, o seu paralelo mais próximo corresponde ao povoado do Bronze Pleno do Sudoeste do Pessegueiro, Sines. Uma data de radiocarbono, efectuada em ossos humanos da necrópole correspondente, deu o resultado, a dois sigma de ICEN – 867 – 1679-1442 AC, com intersecção na curva de calibração, em 1526 AC (Soares & Silva, 1995). Comparado com este, o resultado obtido no Catujal, em ossos de animais domésticos, com recurso à mesma curva de calibração (STUIVER & REIMER, 1993), é mais antigo: ICEN – 843 – 2028-1752 AC, com intersecção em 1892 AC.

Este resultado indica cronologia recuada para o Bronze Pleno regional, por certo correspondente a época em que as cerâmicas campaniformes já não faziam parte dos espólios da região, como se pode concluir pelas características do espólio cerâmico de Catujal, contrariando o que por outros vem sendo admitido para o Norte do País (SENNA-MARTINEZ, 1994 a). Outra conclusão a reter é a de ser maior a antiguidade das taças de tipo Santa Vitória, até agora utilizadas como “fóssil director” do Bronze II do Sudoeste.

As evidentes afinidades culturais do Bronze Pleno da Baixa Estremadura com o Bronze do Sudoeste, de que se poderá considerar a sua extensão mais setentrional, têm também expressão em materiais esparsos que, ao longo dos tempos, foram sendo assinalados na região: uma taça da Lapa do Suão, Bombarral do tipo Santa Vitória (SPINDLER, 1981); um vaso de colo apertado com decoração de gomos (de uma sepultura) do povoado calcolítico da Pedra de Ouro, Alenquer (PAÇO, 1966); outro vaso, tetramamilado, oriundo de pequena lapa natural subjacente ao povoado calcolítico de Rotura, Setúbal (CARREIRA, 1998), muito semelhante a exemplar da necrópole do Monte Novo dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz, da área cultural do Bronze do Sudoeste (GONÇALVES, 1988/1989), constituem, entre outros, expressão de uma realidade cultural que até à publicação do povoado do Catujal (CARDOSO & CARREIRA, 1993; CARDOSO, 1994; CARREIRA, 1997), não tinha sido devidamente valorizada e se encontrava ainda longe de devidamente conhecida. Também alguns artefactos metálicos, com destaque para os punções losânguicos “alènes”, presentes em estações estremenhas mais setentrionais da área em estudo, são peças de níti-

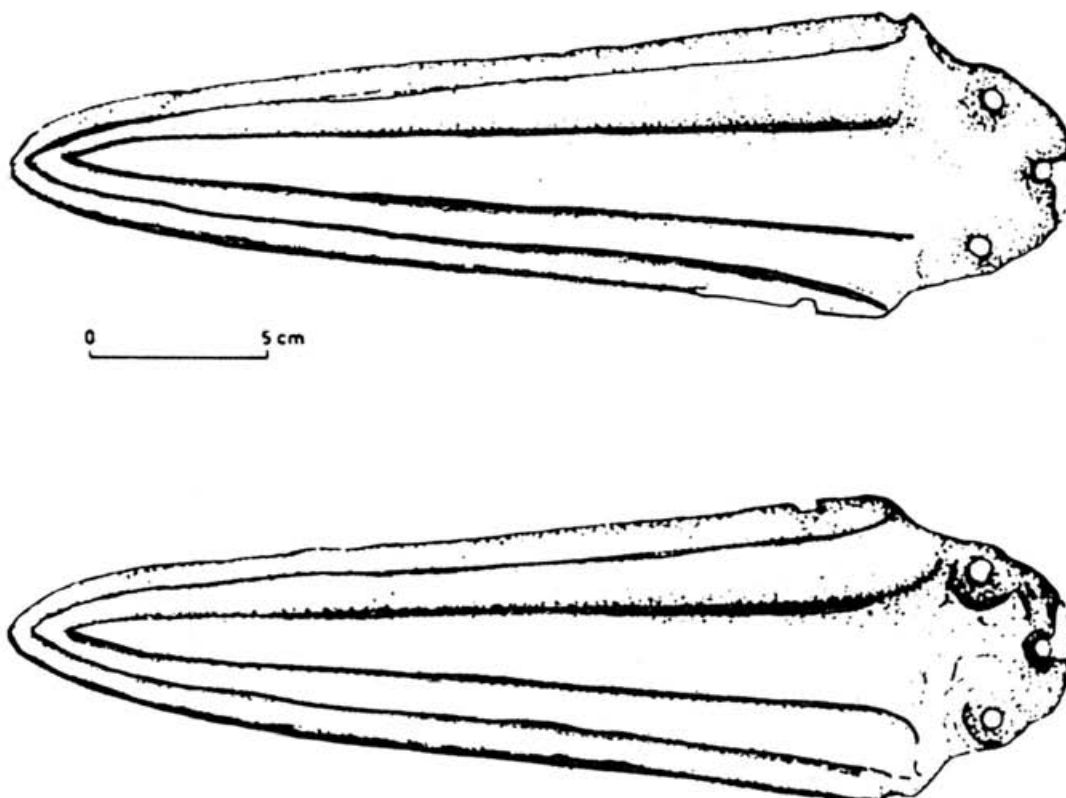


Fig. 17 - Alabarda de cobre arsenical do Bronze Pleno de Baútas (Amadora). Seg. SENNA-MARTINEZ, 1994 b, Fig. 2.

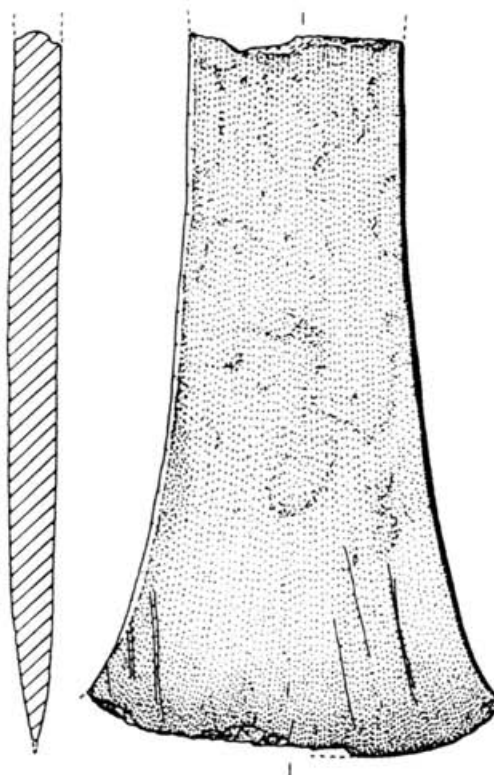


Fig. 18 - Pequeno machado plano, de gume ligeiramente peltado, do Bronze Pleno. Gruta do Correio-Mor (Loures). Tamanho natural. Inédito.

da filiação meridional, porém de fabricos locais ou regionais, visto serem de cobres arsenicais, distintos dos exemplares do Sul da França, que já são de bronze: assim sendo, pode concluir-se (CARREIRA, 1994) que a chegada do tipo à região, antecipou a introdução da metalurgia do bronze.

Mercê da sua posição geográfica, esta região encontrava-se simultaneamente exposta aos primeiros influxos atlânticos – depois dos que presidiram à difusão dos campaniformes “marítimos” – documentados pela alabarda de Baútas, Amadora (SENNA-MARTINEZ, 1994 b), cuja composição, também de cobre arsenical, vem ilustrar expressivamente a manutenção da metalurgia do cobre no Bronze Pleno regional (Fig. 17). A tardia introdução da metalurgia do Bronze – com paralelos em outras áreas peninsulares – pode explicar-se, por um lado, pela forte tradição calcolítica regional, caracterizada por uma rica metalurgia do cobre arsenical; e, por outro, pela dificuldade de obtenção do estanho, a partir das minas da Beira Interior e do Norte do País, cujas redes de abastecimento, no início do Bronze Pleno, ainda se não encontrariam devidamente organizadas. É provável, contudo, que esta situação estivesse em vias de evoluir rapidamente. Ainda no Bronze Pleno, alguns machados planos e escopros, descendentes dos seus antecessores calcolíticos, revelaram tratar-se de verdadeiros bronzes. É o caso de exemplares recolhidos no povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, Azambuja, já fora da área em estudo (PAÇO, 1955; PAÇO & ARTHUR, 1956). No domínio específico que agora interessa, inventariaram-se alguns destes machados de bronze, respectivamente em Amaral e no castro da Ota, Alenquer, referidos por KALB (1980 b) e um terceiro, ainda inédito, na gruta sepulcral do Correio-Mor, Loures (Fig. 18).

Ainda a propósito da tardia introdução da metalurgia do bronze na região, tem interesse referir que as características pontas de seta metálicas de espigão, com ou sem barbelas laterais, presentes na região em estudo (um exemplar em cada uma das seguintes estações: povoado fortificado calcolítico do Zambujal, Torres Vedras (SANGMEISTER, SCHUBART & TRINDADE, 1971); gruta funerária da Cova da Moura (SPINDLER, 1981); dólmen do Alto da Toupeira, Loures (LEISNER, 1965); e área urbana de Sintra, rua da Padaria (CARREIRA, 1994) são todas, exceptuando a última, cuja composição é desconhecida, de cobre (SPINDLER, 1981), tal como as encontradas no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994), ao contrário dos quatro exemplares seguramente de bronze de povoados do Bronze Final, do Sul da Beira Interior, nas proximidades dos quais existe estanho (VILAÇA, 1995) (Fig. 19). Esta observação sugere uma progressiva utilização do bronze, neste caso ilustrada em tipo artefactual de evidente longevidade, com início no Bronze Pleno (caso da necrópole da Vinha do Casão, Loulé com um exemplar de cobre (GIL, GUERRA & BARREIRA, 1986) e *terminus* já na I Idade do Ferro.

Estas observações são concordantes com o verificado no resto do território peninsular: o atraso da utilização das ligas bronzíferas foi, pelo menos, de dois séculos relativamente ao Ocidente Europeu, devido à incipiência da exploração do estanho, acompanhada de escassa difusão para regiões onde este não existia. Tal realidade explica a expansão da utilização do bronze, na Península

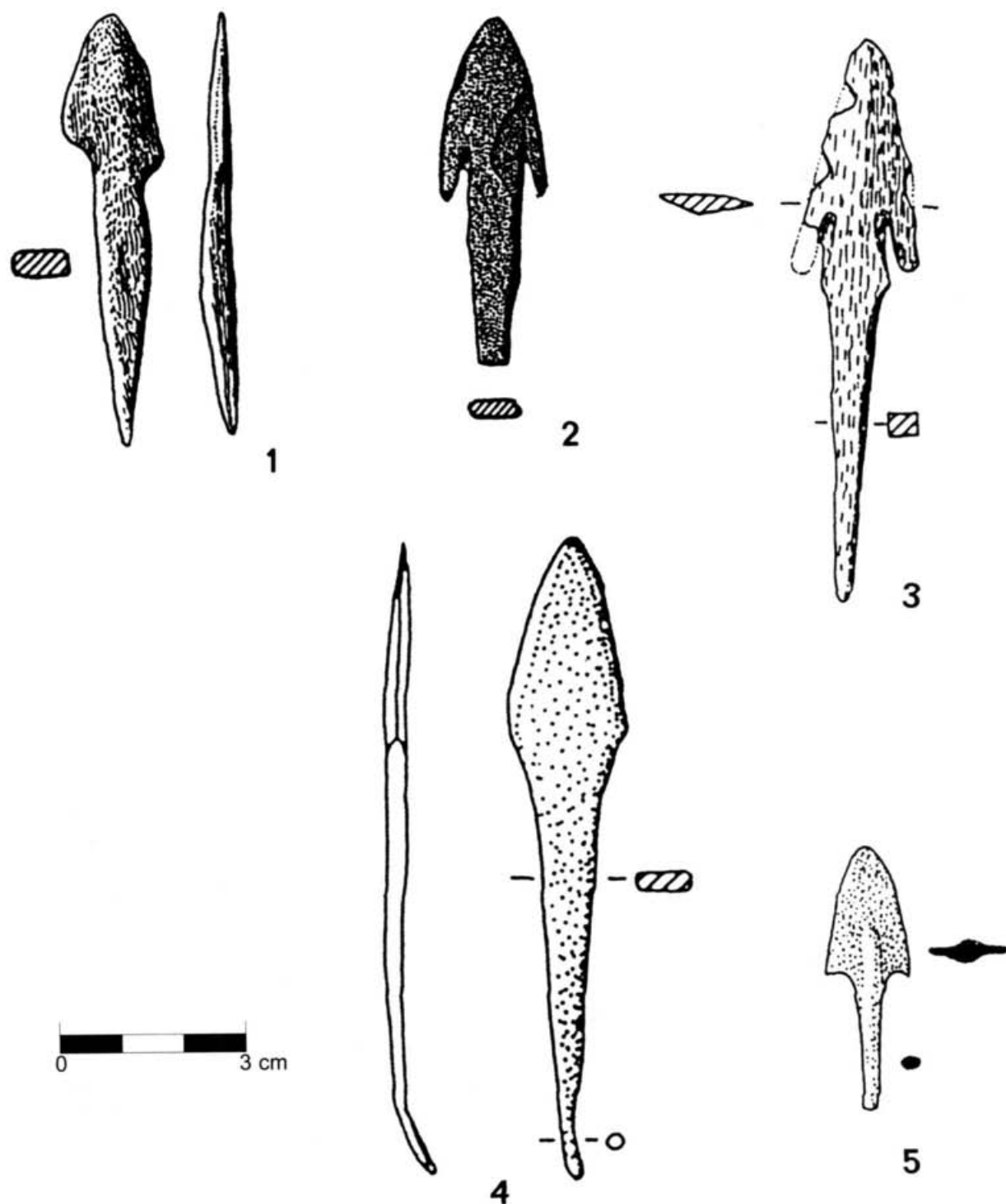


Fig. 19 - Pontas de seta pedunculadas, com ou sem aletas laterais, do Bronze Pleno e Final da Baixa Estremadura. 1 - Dólmen do Alto da Toupeira, Loures (LEISNER, 1965, Tf. 19, 3); 2 - Povoado fortificado calcolítico do Zambujal, Torres Vedras (SANGMEISTER, SCHUBART & TRINDADE, 1971, Fig. 7 b); 3 - Cova da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981, Tf. 23, 381); 4 - Castro da Ota, Alenquer (KALB, 1980 b, 59, 6); 5 - Rua da Padaria, São Pedro de Sintra (CARREIRA, 1994, Fig. 11, 2).

Ibérica de Norte para Sul, tendo apenas chegado ao Sudeste no fim do Bronze Médio (FERNÁNDEZ-MIRANDA, MONTERO-RUIZ & ROVIRA LLORENZ, 1995).

Resumindo: no Bronze Pleno da Baixa Estremadura, correspondente a toda a primeira metade e inícios da segunda metade do II milénio AC, observa-se um tipo de povoamento em que, recorrentemente, se aproveitavam antigos sítios calcolíticos de altura, ou pela primeira vez ocupados, como o de Catujal, a par da instalação de outros, ainda não evidenciados, em terrenos de morfologia discreta, como os do Bronze Antigo; esta última realidade, a confirmar-se, teria paralelo na região de Vila Nova de Ourém, onde um povoado (Agroal), de encosta e aberto, próximo do Nabão, mostrou a manutenção da economia agro-pastoril herdada do Bronze Antigo (LILLIOS, 1993). Simultaneamente, a metalurgia do bronze dava os seus primeiros passos, mesclando-se, então, ainda que de forma discreta, influxos atlânticos e mediterrâneos, provados pela presença de artefactos metálicos tipologicamente característicos daqueles dois grandes domínios geográficos. É esta realidade dual que se vai acentuar, no decurso do período seguinte, muito rico e diversificado, do ponto de vista cultural, na Baixa Estremadura: o Bronze Final.

4 – O BRONZE FINAL

4.1 – Os povoados

O registo arqueológico continua presente logo no início da segunda metade do II milénio AC, correspondendo aos primórdios do Bronze Final, fase cultural que se prolonga até ao século IX ou inícios do seguinte, na região em causa. Com efeito, mercê das condições naturais antes aludidas, com destaque para a alta aptidão agrícola dos solos que se desenvolvem de Loures a Cascais e, na margem Sul, de Cacilhas a Trafaria (embora nesta última os solos sejam menos propícios), assistiu-se à multiplicação de núcleos de carácter familiar, ou pequenos povoados abertos, dedicados à exploração agro-pastoril intensiva e extensiva, ao longo de todo o ano, como já se verificava, embora de forma menos acentuada, no campaniforme.

Até o presente, o sítio melhor conhecido é o povoado da Tapada da Ajuda, Lisboa. Implantava-se em encosta de declive suave, entre 100 e 115 m de altitude, voltada a Sul, para o estuário do Tejo, que se descortina do local, e na imediação de linha de água, que nele desaguava (Fig. 20).

A comunidade ali sediada, habitando casas de embasamento de alvenaria irregular, constituídas por blocos basálticos de planta elipsoidal (Fig. 21) – com antecedentes locais, representados pelas cabanas campaniformes de Leceia – dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos), à recollecção intensa de moluscos e à pesca, no estuário adjacente, e, excepcionalmente, à caça do veado (CARDOSO *et al.*, 1986; CARDOSO, 1995). Porém, a actividade económica mais importante era a produção cerealífera, expressivamente documentada pelas centenas de elementos

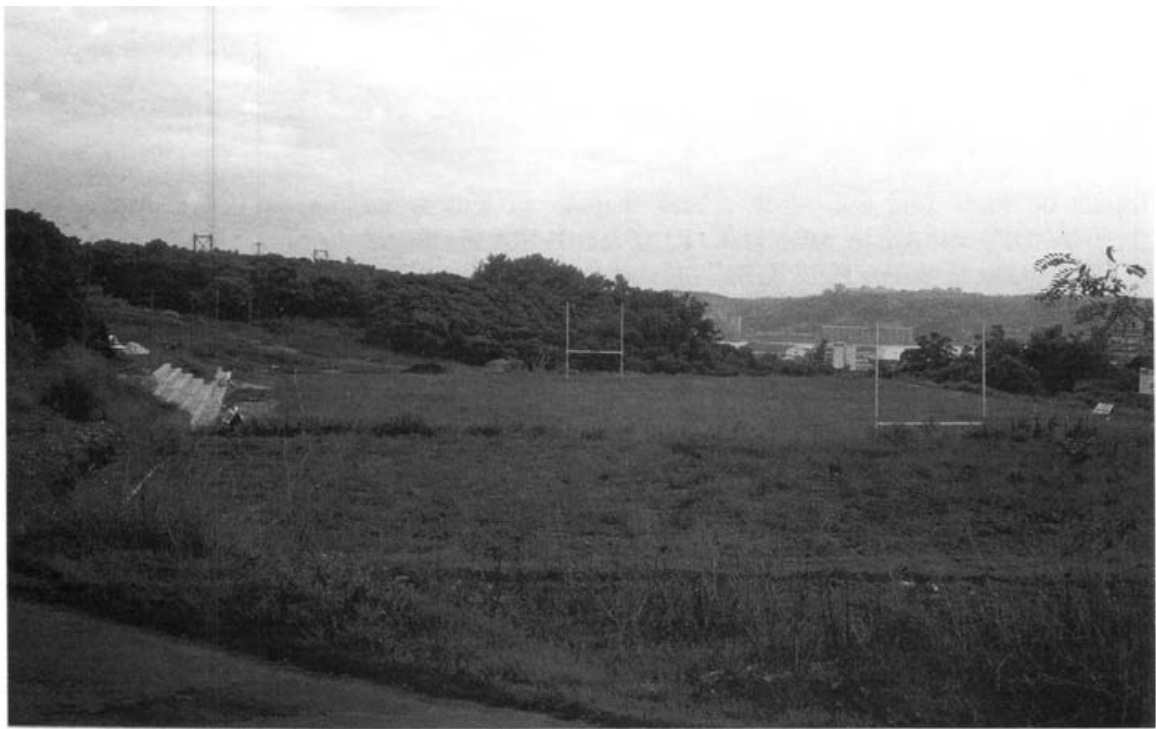


Fig. 20 - Vista da encosta onde se implantava o povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda, Lisboa, actualmente ocupada por campo desportivo. Ao fundo, o estuário do Tejo. Foto de J.L. Cardoso.



Fig. 21 - Vista parcial da área escavada no povoado do Bronze Final da Tapada de Ajuda, Lisboa, evidenciando-se embasamento de alvenaria, de cabana de planta elipsoidal. Foto de J.L. Cardoso.

denticulados de foices, sobre lascas de sílex, montadas em cabos de madeira, também abundantes noutros povoados da região, como o do Alto das Cabeças, Leião, Oeiras (CARDOSO & CARDOSO, 1996) (Fig. 22). O volume potencial das produções (sobretudo de trigo) ultrapassaria largamente as necessidades de consumo desta pequena comunidade, que ali vivia desde inícios do século XIV a finais do século XII AC, segundo a análise estatística das cinco datas de radiocarbono obtidas (Fig. 23).

Deste modo, a laboriosa, sedentária e pacífica comunidade da Tapada da Ajuda, como por certo muitas outras, inventariadas nesta região (MARQUES & ANDRADE, 1974), só poderá ser cabalmente compreendida se integrada numa estrutura sócio-económica organizada à escala regional, articulada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se procedia à administração de territórios bem definidos e delimitados: em um destes se integraria a Tapada da Ajuda, talvez o correspondente ao importante núcleo do Bronze Final sediado na colina do Castelo de S. Jorge, do qual quase nada ainda se sabe.

Que este modelo de exploração intensiva da terra se prolongou até fase tardia do Bronze Final é-nos indicado pelas datas de radiocarbono obtidas no casal agrícola da Quinta do Percevejo, Almada, sugerindo ocupação dos séculos XI/X AC (ICEN – 1083 e ICEN – 1084, *in* BARROS, 2000), compatível com a presença de um grande vaso de colo cilíndrico, decorado no bojo por ornatos brunidos (BARROS & ESPÍRITO SANTO, 1991). Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou pequenos povoados, unidos certamente por laços de parentesco.

Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região, no decurso do Bronze Final na região em estudo – fenómeno também observado noutras regiões – é indissociável da afirmação de centros de poder económico-político. Assim se explicaria a emergência de elites, sediadas em tais locais, cuja presença se afigura por vezes necessária para a gestão interna dos centros demográficos de maiores dimensões, como alguns já então existentes no Alto e no Baixo Alentejo (ALARCÃO, 1996). A presença de elementos com uma posição social privilegiada e distinta no seio da comunidade, ocupando o Monte do Frade (Penamacor), entre os séculos XII/XI e IX AC, foi também recentemente admitida, na sequência da reinterpretação do sítio (VILAÇA, 1997).

Na área em estudo, existem locais com estas características, correspondendo a diversas elevações isoladas na paisagem, cuja ocupação é cronologicamente comparável à daquele povoado (apesar de não se disporem de quaisquer elementos cronométricos): para além da colina de Lisboa, já referida, salientam-se os povoados do Penedo de Lexim, Mafra (KALB, 1980 b) (Fig. 24); Cabeço de Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971); Ota, Alenquer (BARBOSA, 1956); Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 b) (Fig. 25); Cabeço Mouro, Cascais (CARDOSO, 1991) e o Monte da Pena, Torres Vedras (MADEIRA *et al.*, 1972; SPINDLER, 1981). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos (Fig. 26), os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa mais tardia

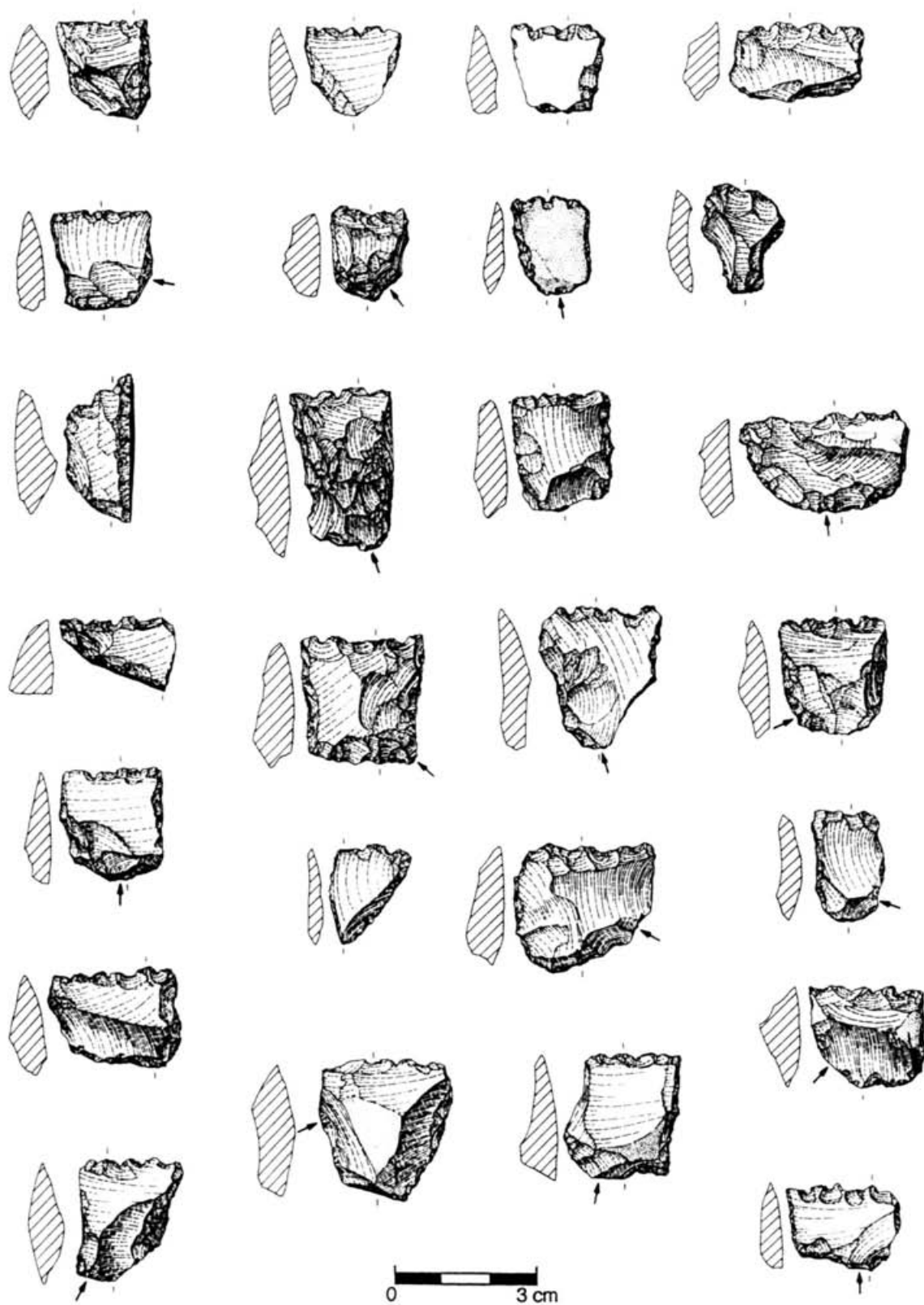


Fig. 22 - Elementos de foice sobre lascas de sílex, do povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças, Leão, Oeiras (CARDOSO & CARDOSO, 1996, Fig. 6).

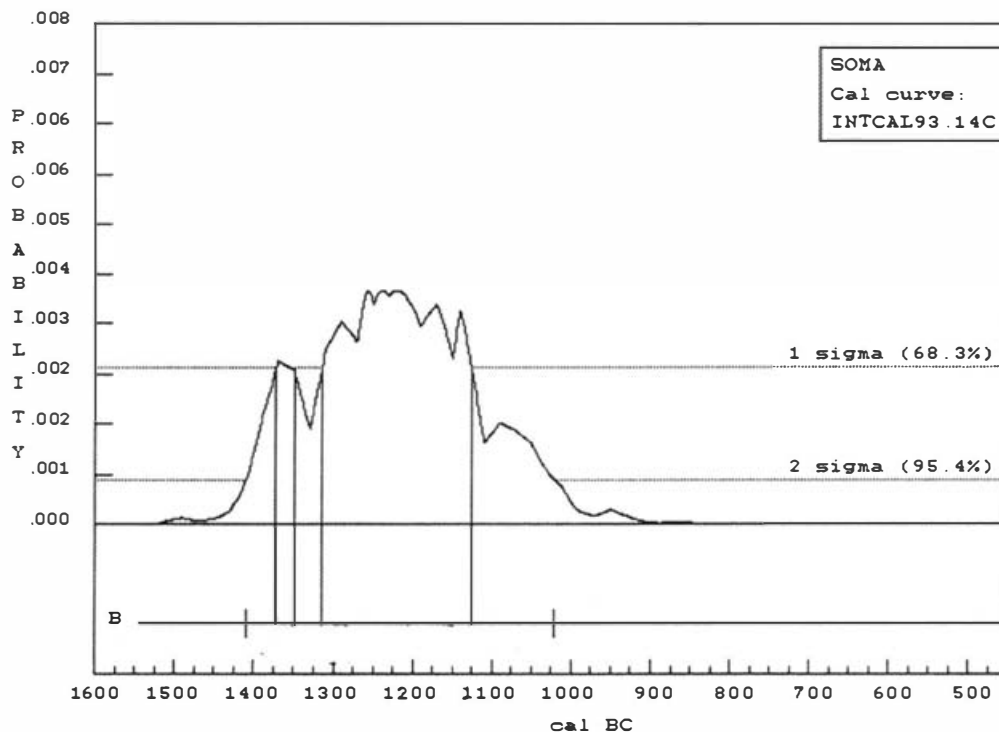
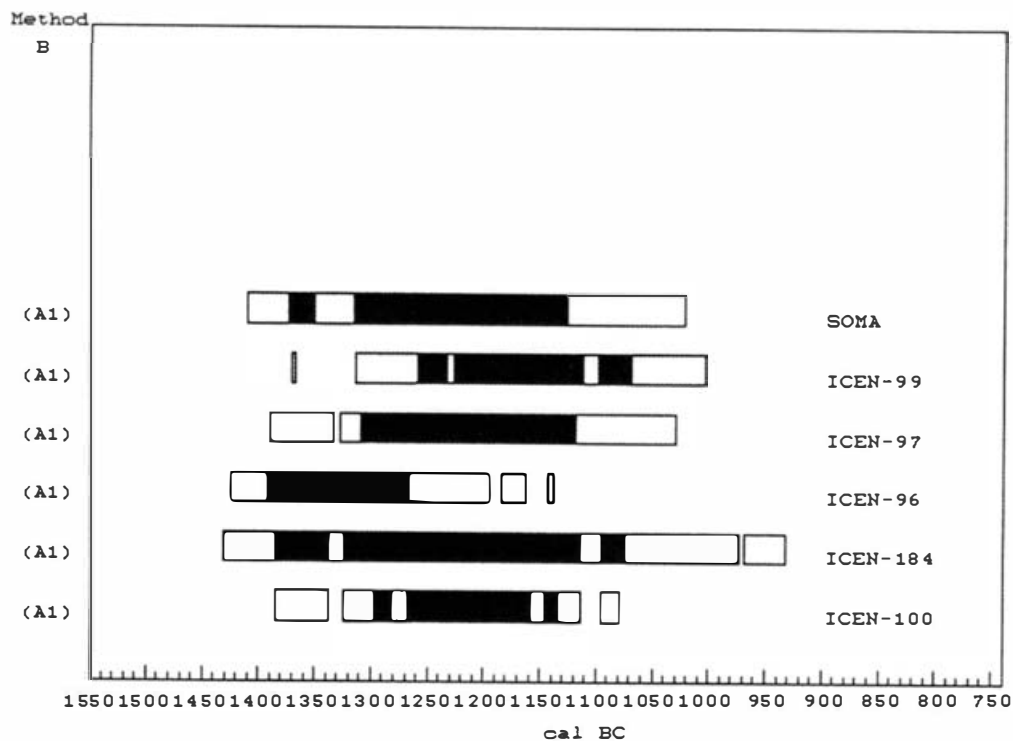


Fig. 23 - Dados de radiocarbono da Tapada da Ajuda, calibradoras a um e a dois sigma (em cima). Em baixo: gráfico de distribuição de probabilidade das seis datas representadas (por deferência do Eng. A.M. Monge Soares).



Fig. 24 - Vista do povoado pré-histórico do Penedo de Lexim. Mafra. foto de J.L. Cardoso.



Fig. 25 - O Castelo dos Mouros, visto da gare da estação ferroviária de Sintra. Foto de 1976, depositada por Rui Almeida no Museu Municipal de Sintra.

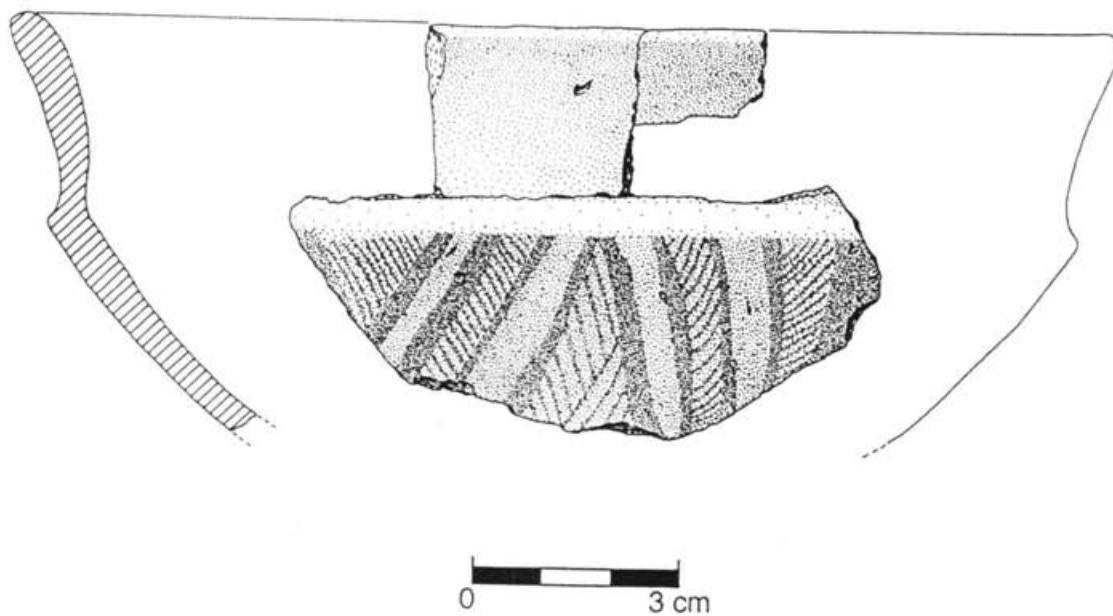


Fig. 26 - Taça carenada com decoração de ornatos bunidos do povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 Fig. 6).

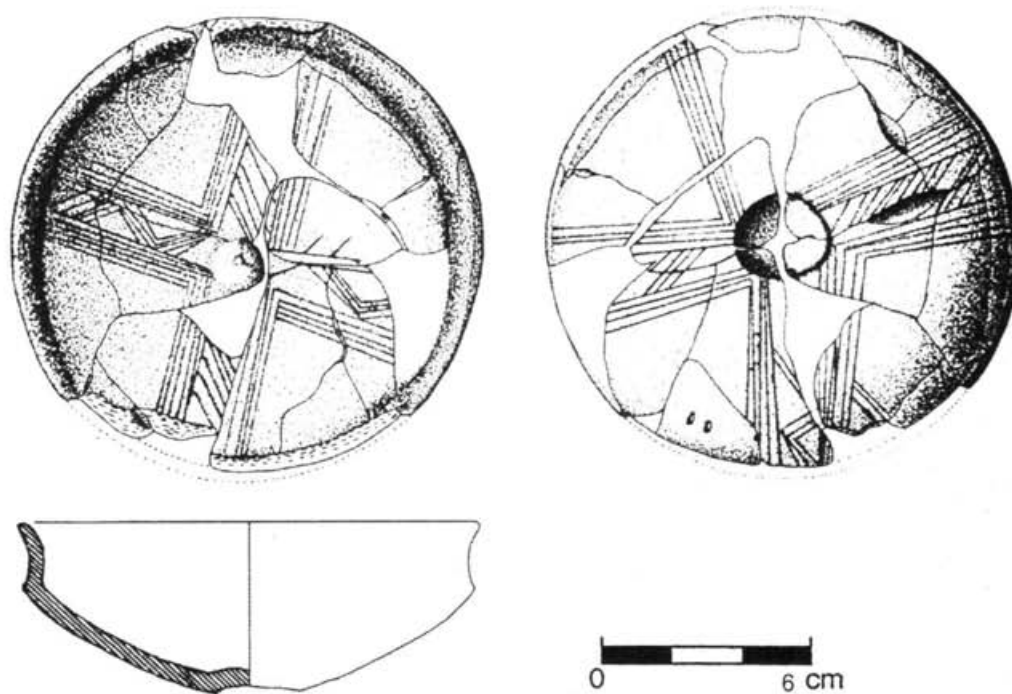


Fig. 27 - Taça carenada com *omphalus*, possuindo ornatos brunidos em ambas as superfícies (BARROS, 1998).

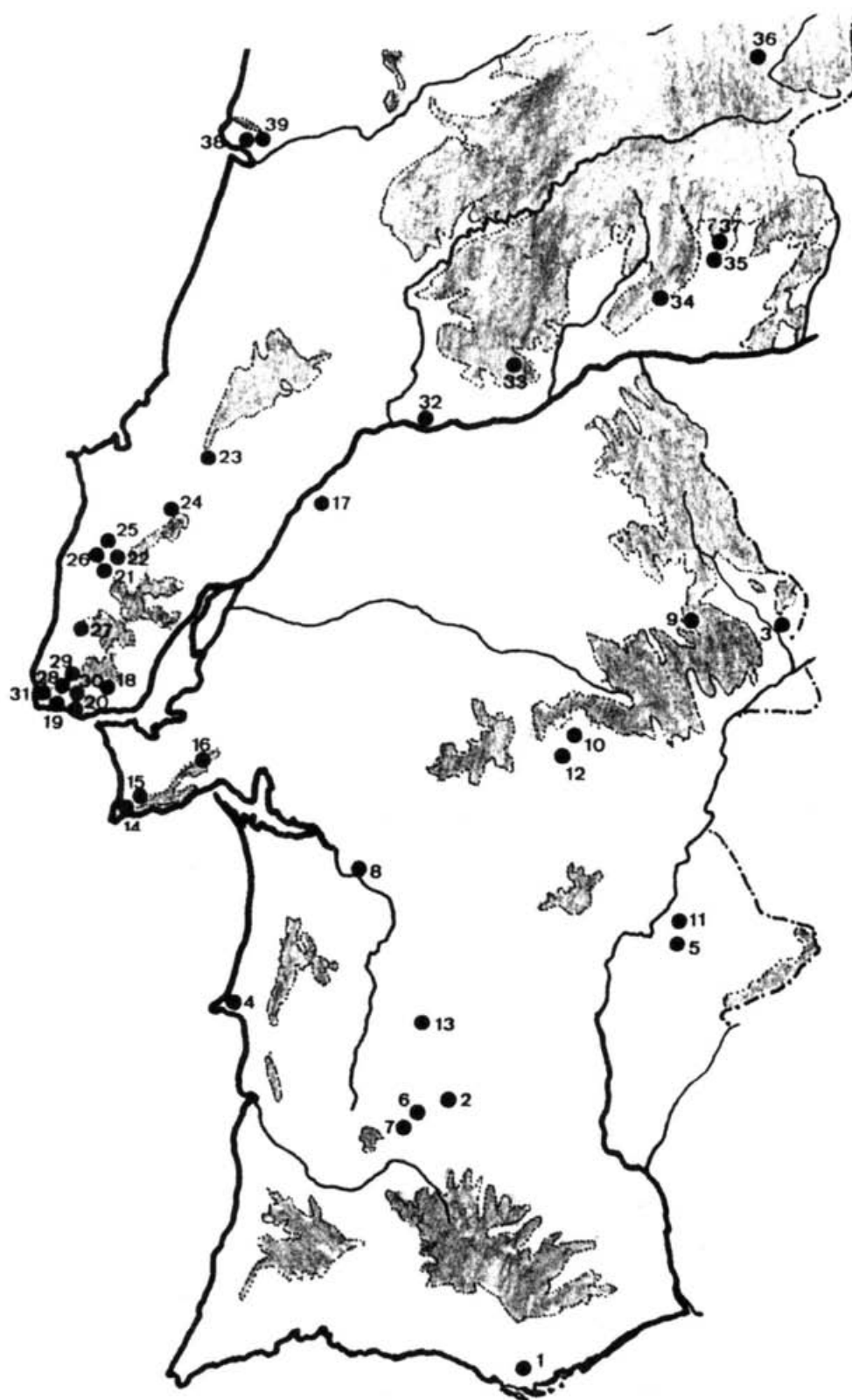


Fig. 28 - Distribuição das ocorrências de cerâmicas de ornatos brunidos no território português, evidenciando-se importante núcleo na Estremadura, prolongando-se ao longo do vale do Tejo até alturas de Sabugal. Seg. BUBNER, 1996.

do Bronze Final regional, situável entre os séculos XII/XI e IX AC (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados de altura do Bronze Final da Beira Interior, onde também se recolheram fragmentos de tais cerâmicas. Com efeito, na Tapada da Ajuda, único povoado datado do Bronze Final I, não se recolheu um único fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados. As cerâmicas de ornatos brunidos do Bronze Final II do grupo estremenho, também designado por tipo “Alpiarça” ou tipo “Lapa do Fumo”, integram formas abertas e fechadas, já inventariadas (MARQUES, 1972; KALB & HOCK, 1985); quando ostentam decorações, estas são sempre na parede externa dos recipientes, correspondendo a motivos reticulados obtidos pelo deslizamento de uma ponta romba na superfície seca antes da cozedura, conferindo-lhes aspecto acetinado. A sua distribuição estende-se para o interior, ao longo do Tejo e afluentes da margem direita, até à região de Sabugal, sendo em parte coevas de um grupo alentejano, recentemente considerado, e do grupo da Andaluzia, de há muito conhecido, com sobrevivência na Idade do Ferro (GAMITO, 1990/1992; CORREIA, 1998). Com o Alentejo e Andaluzia terá também havido contactos, como sugere pequena taça carenada com decoração interior, da Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 1998, p. 31) (Fig. 27).

4.2 – Foices, machados e outros artefactos de bronze

A extensão das cerâmicas estremenhas de ornatos brunidos ao longo da bacia hidrográfica do Tejo médio e superior português (Fig. 28) pode conotar-se com a rota do estanho, em sentido inverso, até à Estremadura, do mesmo modo que o cobre aqui afluía, oriundo dos chapéus de ferro da faixa piritosa e de numerosos jazigos disseminados do Alto Alentejo. O exemplo mais expressivo desta realidade é a presença de molde de arenito para fundição de foices de talão, achado em Rocanes, Sintra (Fig. 29), topónimo que está na origem da designação de foices “tipo Rocanes”, das quais COFFYN (1985) inventariou na Península Ibérica 21 exemplares (ou 23, na actualização de SILVA, 1986, a que se soma um outro, do povoado do Castelejo, Sabugal, cf. VILAÇA, 1995). São todos oriundos do centro e sul do País, com apenas duas excepções, a Norte do Douro, onde a sua produção local é indicada pelo molde encontrado no castro de Álvora (SILVA, 1986, Est. V). À região em apreço, correspondem três exemplares, para além do molde referido, todos da península de Setúbal, de cada um dos seguintes sítios: Pedreiras e Calhariz, Sesimbra; e Fonte da Rotura, Setúbal.

O abastecimento da Baixa Estremadura, tanto de estanho como de cobre, viabilizou, igualmente, a produção de outros artefactos de bronze, também de cunho marcadamente regional, como os machados de alvado e duas argolas e os de talão unifaces, no decurso do Bronze Final II. Os exemplares do primeiro grupo concentram-se, efectivamente, na Estremadura, segundo a distribuição apresentada por COFFYN (1985). No concernente à área em apreço, o autor regista ocorrências em cada um dos seguintes sítios: Abrigada e Ota, ambos do concelho de Alenquer; gruta sepulcral da Cova da Moura, Torres Vedras; Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos; Cabeço

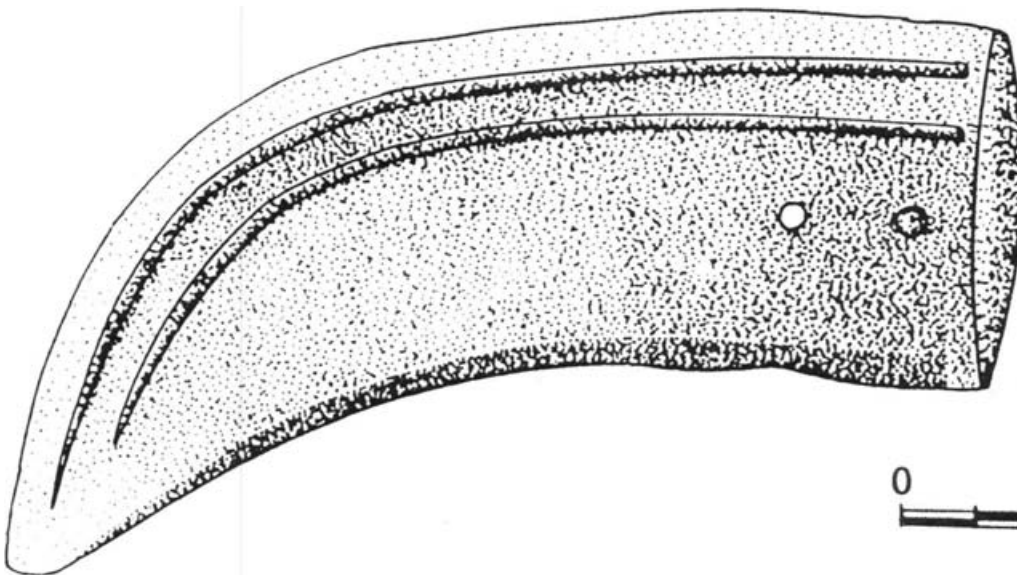
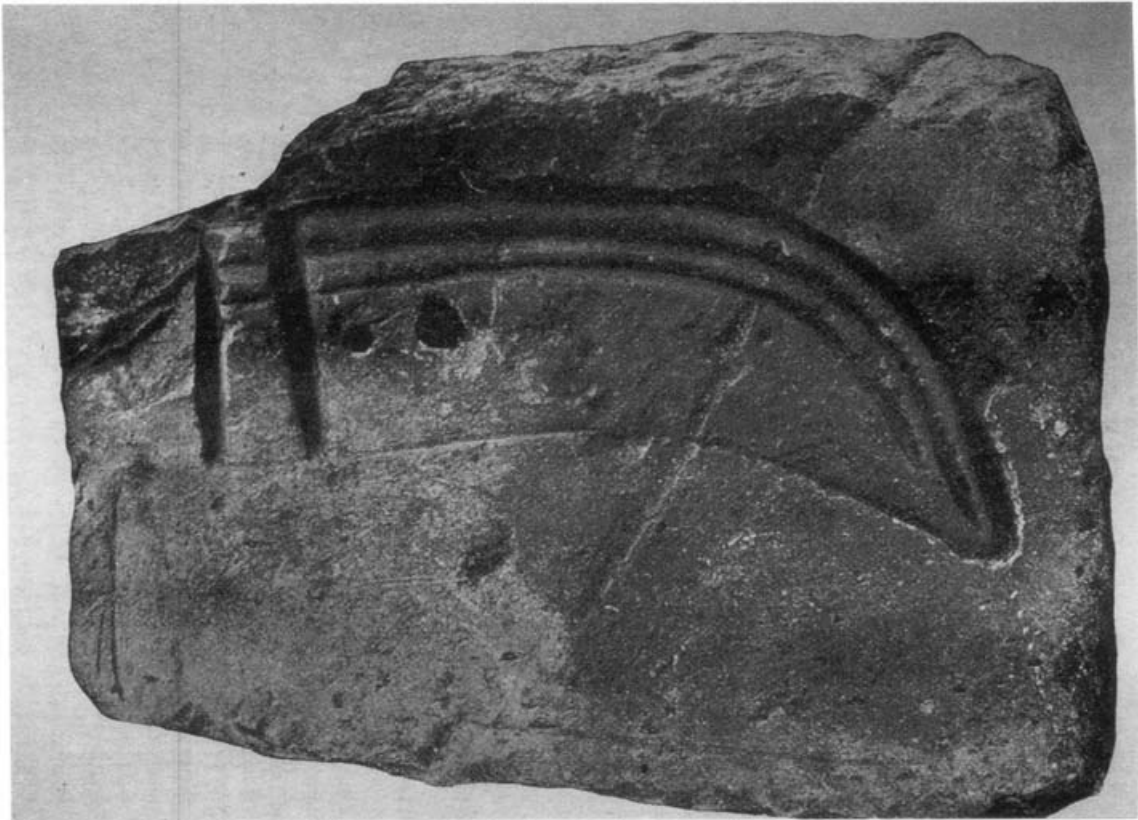


Fig. 29 - Em cima: molde de foices do tipo Rocanes, de arenito, do Casal de Rocanes, Cacém, Sintra (FONTES, 1916); em baixo: foice do tipo Rocanes, obtida a partir do molde anterior (COFFYN, 1985, Pl. LVII, 8).

de Moinhos, Mafra; Leceia, Oeiras; Lisboa; Alfirim, Sesimbra de onde provêm dois exemplares, um deles desprovido de anéis laterais e, ainda, um outro de Pedreiras, também no concelho de Sesimbra. A esta série, deverá adicionar-se um machado de alvado com dois anéis, do povoado de Penedo de Lexim, Mafra (KALB, 1980 b), o que perfaz um total de onze exemplares (Fig. 30). Em comparação, os machados unifaces de talão, munidos de uma argola lateral, característicos da fachada atlântica estremenha, com penetração para o interior, ao longo do Tejo (COFFYN, 1985), são muito mais escassos, visto apenas existirem referências a dois, referidos pelos três autores que, sucessivamente apresentaram inventários relativos a tais peças: MONTEAGUDO, 1977; KALB, 1980 b; e COFFYN, 1985: trata-se das peças dos povoados de altura de Cabeço de Moinhos, Mafra (Fig. 31) e de Monte Sereno, Sintra, embora neste último local, o machado provenha de pequena gruta existente na encosta (PEREIRA, 1957), formada pelo amontoado de grandes blocos graníticos.

O mapa de distribuição de COFFYN (1985), relativo aos três grupos artefactuais referidos, mostra que a única área em que coexistem é a Estremadura. Sejam ou não de fabrico local, apenas provado no caso das foices de tipo Rocanes – lembre-se que até hoje não se encontrou nenhum molde do tipo mais comum dos referidos, em território português, o machado de alvado com duas argolas, a presença destes artefactos de produção dispendiosa, revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II pelas populações da Baixa Estremadura. Tais peças, destinavam-se tanto para utilização local – só então as foices de sílex e madeira teriam sido substituídas por equivalentes metálicos – como, sobretudo, para exportação, por via marítima. A Estremadura comportar-se-ia, assim, como placa giratória deste comércio transregional. Sem recursos naturais que justificassem a emergência das elites por um processo de acumulação de riqueza – não se crê que os aludidos potenciais agrícolas fossem suficientes para tal – a sua génese e florescimento só poderá ser eficazmente explicada pela própria metalurgia do bronze e consequente comercialização dos produtos manufacturados, ou das respectivas matérias-primas (KALB, 1980 a). Estas, circulariam sob a forma de lingotes, provavelmente produzidos à boca da mina, como já se observava no Calcolítico, com o cobre (CARDOSO & FERNANDES, 1995; CARDOSO, 1997). Assim sendo, as elites detentoras do poder na região actuariam como intermediários na circulação e comercialização de tais bens, arrecadando as mais-valias correspondentes.

No quadro das solidariedades comerciais atlanto-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Baixa Estremadura decorre imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes ancoradouros, a começar pelos existentes na zona vestibular dos estuários do Tejo e do Sado. Assim se explicam as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha e Sicília), inventariadas por Lo SCHIAVO (1991), donde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda, Cagliari (Sardenha), contendo, entre outros, os três tipos referidos (TARAMELLI, 1921) (Fig. 32). Segundo Lo SCHIAVO (1991), trata-se de um conjunto essencialmente dos séculos X e IX AC, época a que pertencem as peças de modelo peninsular, mais concretamente, de provável fabrico estremenho.



Fig. 30 - 1 - Machados de alvado da Estremadura, a Sul de Torres Vedras: Pedreiras, Sesimbra (SERRÃO, 1966, p. 309, n.º1); **2** - Arruda dos Vinhos (MONTEAGUDO, 1977, Tf. 119, 1721); **3** - Castro da Ota, Alenquer (KALB, 1980 b, 59, 2); **4** - Penedo de Lexim, Mafra (KALB, 1980 b, 62); **5** - Abrigada, Alenquer (MONTEAGUDO, 1977, Tf. 117, 1699); **6** - Alfirim, Sesimbra (MONTEAGUDO, 1977, Tf. 119, n.º 1719); **7** - Casa da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981, Tf. 23, 379); **8** - Cabeço de Moinhos, Mafra (KALB, 1980 b, 61, 2); **9** - Alfirim, Sesimbra (MONTEAGUDO, 1977, Tf. 118, 1710);
Em baixo, à esquerda: distribuição geográfica do tipo de machado de alvado com dois anéis (círculos a cheio) na Península Ibérica (MONTEAGUDO, 1977, Tf. 142, B).

Outro item que acusa produção peninsular ocidental é o “tranchet”, também presente no depósito do Monte Sa Idda, por apenas um fragmento (TARAMELLI, 1921, Fig. 77), considerado de tipo “português” (LO SCHIAVO, 1991). Trata-se de raro tipo artefactual, representado no território português por seis exemplares: castro da Senhora da Guia, Baiões, 2 ex. (KALB, 1978; COFFYN, 1985; SILVA, 1986); Monte do Frade, Penamacor, 1 ex. (VILAÇA, 1995); Castelo Velho do Caratão, Mação, 1 ex. (COFFYN, 1985); castelo de Arraiolos, 1 ex. (CARREIRA, 1994, Fig. 11, 3); e, por último, um sexto exemplar recolhido no sítio da Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 2000) (Fig. 33).

4.3 – Armas, jóias e outros adereços

As armas, particularmente usadas pelo segmento guerreiro, cuja presença se afigurava essencial à manutenção das regras de convivência estabelecidas, são escassas na Baixa Estremadura. Os inventários supra-referidos assinalam apenas três punhais de rebites e lingueta do tipo “Porto de Mós”. Trata-se, como as peças anteriores, de produção de cunho regional, cuja distribuição se centra na Estremadura e Beiras. Na Baixa Estremadura, ocorrem no Cabeço do Jardo, Torres Vedras; no Moinho do Raposo, Alenquer; e na Lapa do Fumo, Sesimbra (COFFYN, 1985). Trata-se de tipo também presente no depósito sardo de Santadi (Lo SCHIAVO, 1991).

Reportam-se à área em estudo pelo menos três pontas de lança de alvado, oriundas do Penedo de Lexim, Mafra, 1 ex. (escavações de A. C. Sousa, cf. comunicação 2.º Colóquio Internacional do Megalitismo, Monsaraz, 2000), sendo as duas restantes do castelo da Ota, Alenquer (BARBOSA, 1956). Uma destas, inscreve-se claramente no tipo Vénat (COFFYN, 1985), comum no litoral setentrional da Península e na Aquitânia, sendo a outra do tipo de aletas convexas alargadas na base, com pelo menos um paralelo português em Portelas, Lagos (CARDOSO, GUERRA & GIL, 1992).

É significativo que as armas tenham distribuição análoga às peças anteriores, visto provirem essencialmente de povoados de altura, a par de sítios de índole funerária ou ritual, como as grutas. A este segundo tipo de ocorrências se reporta o achado de uma espada, em dragagens efectuadas junto a Cacilhas, em zona adjacente aos antigos estaleiros da Parry & Son, Ltd. (Fig. 34). Trata-se de exemplar tardio no contexto das produções do Bronze Final, com lâmina em “língua de carpa” (Fig. 35) conotável com oferenda às divindades aquáticas, com destaque para as espadas, com numerosos testemunhos na Bretanha, Aquitânia, Ilhas Britânicas e Galiza, a menos que se trate, simplesmente, de objecto perdido ou, ainda, resultante de naufrágio (Fig. 36).

Aos argumentos que explicam o sucesso económico das populações do Bronze Final II da região em causa, podem juntar-se a exploração de outros produtos de alta valia, potencialmente disponíveis na zona do estuário do Tejo: trata-se do sal, cuja exploração no Bronze Final não se encontra demonstrada, mas que seria provável, à semelhança do verificado no Sudeste, nas minas de sal da região de Alicante e na Galiza (MEDEROS MARTIN, 1999) e do ouro, provavelmente já explorado perto do Miradouro dos Capuchos, Caparica no final do Calcolítico (KUNST, 1979).

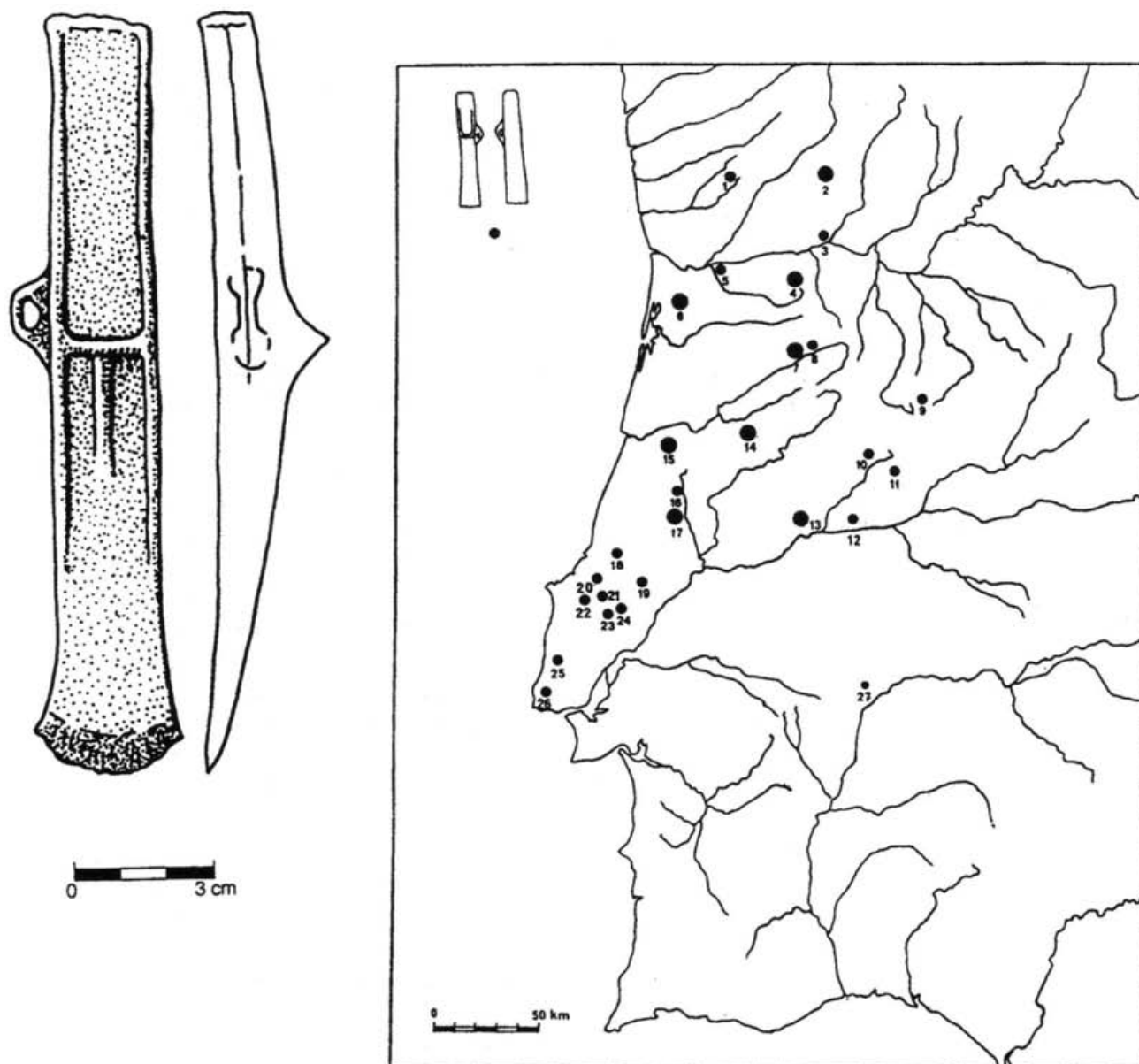


Fig. 31 - Distribuição geográfica dos machados de talão planos e com um anel, seg. COFFYN (1985, Fig. 41), correspondendo os círculos maiores a depósitos de peças bronzíferas (à direita). À esquerda: machado do Cabeço de Moinhos, Mafra (KALB, 1980 b, 61, 5).

Mais tarde, o sítio da Quinta do Marcelo, Almada, datado pelo radiocarbono nos séculos XI/X AC (bolsa 1) e IX AC (bolsa 2), foi também atribuído a acampamento sazonal especializado no garimpo das areias auríferas do Tejo (BARROS, 2000). Ali se recolheu o que poderá ser uma copela e pilões de pedra, para o esmagamento do minério; também em abono desta actividade no local, a análise química revelou resíduos de ouro e de mercúrio no fundo de uma taça. A exploração do ouro era também possível na Trafaria e no litoral oceânico adjacente, na Adiça, tal como na margem norte do estuário, junto a São Julião da Barra: nestes dois últimos locais foi intensamente explorado no primeiro quartel do século XIX, sendo mesmo conhecidas as quantidades obtidas (ESCHWEGE, 1830).

Com este ou outro ouro se faziam as jóias auríferas, outro indicador da presença de elites no fim do Bronze Final na Baixa Estremadura. O exemplo mais notável é o colar do Casal de Santo Amaro (Fig. 37), encontrado cerca de 2 km a Norte da vila de Sintra, no sopé da serra do mesmo nome (PEREIRA, 1894; VASCONCELLOS, 1896). Segundo este autor, encontrava-se em sepultura de inumação, aproveitando espaço formado por duas bancadas de calcário, coberta por lages irregulares. A sua tipologia é única, agregando três elementos que, vistos isoladamente, poderão assimilar-se a colares simples maciços de ouro fundido, de secção circular, decorados por motivos geométricos a punção. Neste âmbito, possui paralelo nos colares de Baiões (S. Pedro do Sul) e em vários achados da Estremadura Espanhola (“tipo Baiões” ou “Sagrajas/Berzocana”). As extremidades dos três elementos referidos foram soldadas por fusão adicional, enquanto o fecho foi considerado como tendo sido feito a partir de um bracelete do tipo “Villena/Estremoz” (ARMBRUSTER, 1995). Ambos os tipos são considerados de filiação atlântica, mais marcada no caso dos colares “Sagrajas/Berzocana”, enquanto as quatro campânulas fixadas por rebitagem ao aro central, são comparáveis aos terminais dos braceletes de Torre Vã (Ourique), cuja integração mediterrânea é evidente (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993). Deste modo, o colar de Sintra é a síntese de elementos de tecnologia e tipologia muito diferentes, e também de tradições culturais distintas, exprimindo, mais do que qualquer outra peça, a realidade vigente na região, nos últimos momentos da Idade do Bronze.

A quantidade de ouro disponível e em circulação nesta época, encontra-se expressivamente salientada pelo peso desta peça, com 1262 g. O ouro abundava na Irlanda (afirmação eloquentemente demonstrada na sala principal do Museu Nacional em Dublin) e nas Astúrias, sob a forma aluvial. MEDEROS MARTIN (1999) valorizou esta última região como fonte provável do tesouro de Villena, Alicante, o conjunto pré-histórico europeu mais importante de recipientes áureos, tanto em número de peças como em peso absoluto, logo a seguir à totalidade do ouro recolhido em Micenas. Porém, a ausência de análises sistemáticas de jazigos auríferos peninsulares dificulta a discussão da questão das origens do ouro, aumentada pela possibilidade de refusão de peças mais antigas (PEREA, 1991). Não obstante as reservas apontadas, os resultados das análises feitas a elevado número de jóias do Bronze Final da Europa atlântica (HARTMANN & SANGMEISTER, 1972),

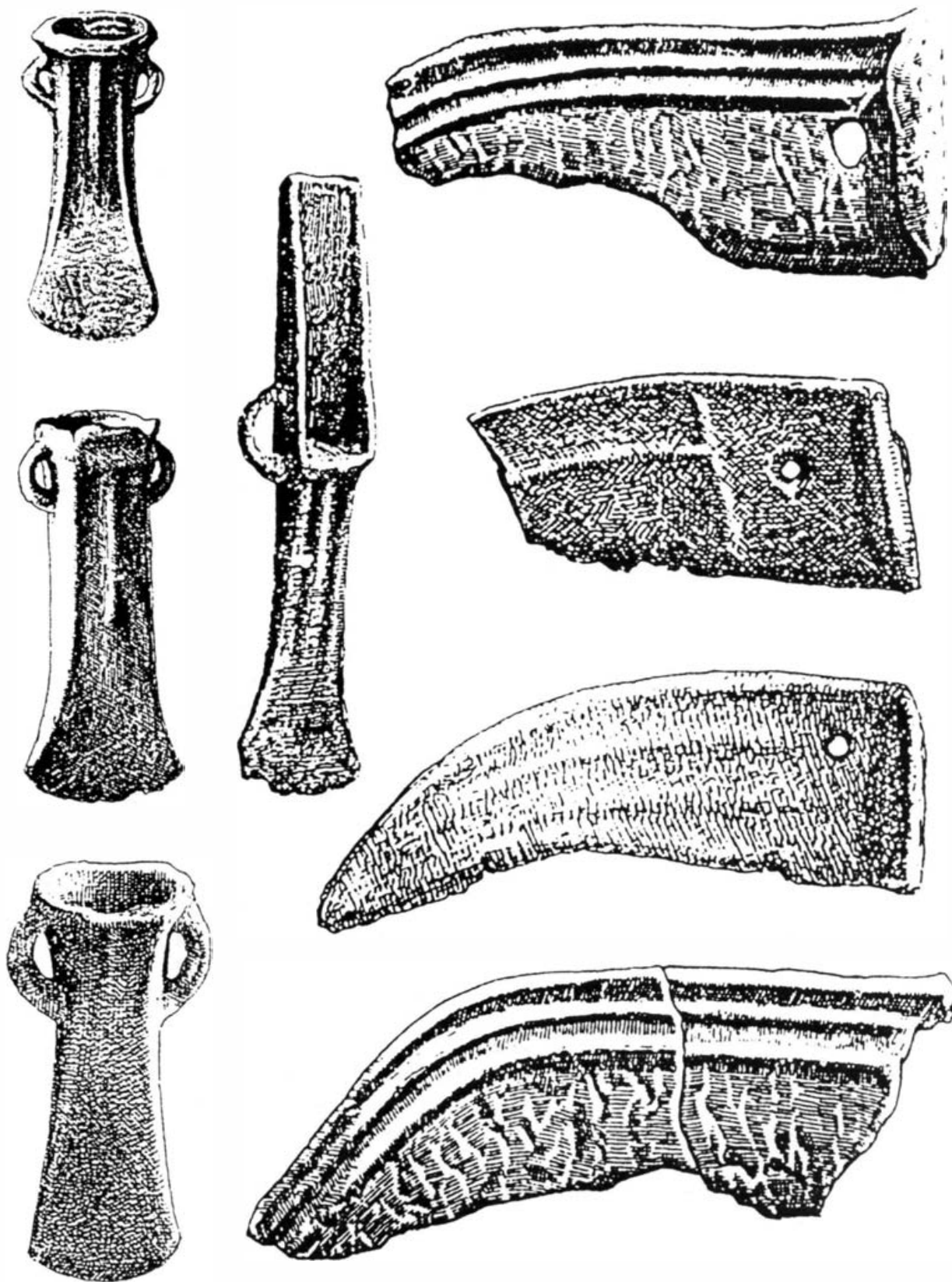


Fig. 32 - Bronzes do depósito do Monte Sa Idda, Sardenha, de produção peninsular, provavelmente estremenha, ou de imitação local (TARAMELLI, 1921, diferentes Fig.). Escalas diferentes.

poderão servir de base para reflexão: um dos grupos auríferos isolados (Grupo N) na fachada ocidental da Península, é extremamente abundante na Dinamarca e na Irlanda, de onde poderia ser originário (cf. KALB, 1980 a, nota 21). O fluxo aurífero de Norte para Sul encontraria, ainda, nalgumas peças do quotidiano, como as foices de alvado, elemento abonatório; tal como, seguindo caminho inverso, se podem reportar a produções peninsulares machados de alvado, de talão unifaces e do tipo “Reguengo Grande” (Tipos 30, 36 e 42 de MONTEAGUDO, 1977), a achados em domínios setentrionais (Bretanha, Inglaterra, Irlanda e Escócia).

Outra rara jóia aurífera da serra de Sintra é o alfinete de secção circular e cabeça em botão achatado, oriundo do povoado da Penha Verde (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1958). A cronologia desta peça, para a qual só se conhece outro exemplar comparável, oriundo de Areia, Mealhada (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993) é compatível com o Bronze Final, podendo, porém, como opinam os referidos autores a propósito do segundo exemplar, ser do Bronze Antigo. Ambas as possibilidades são aceitáveis, atendendo ao espólio recuperado no povoado sintrense.

Uma das provas mais sugestivas dos contactos entre o mundo norte-atlântico e a região centro do País é representada pelas contas de âmbar báltico. Uma destas raras peças provém da bolsa 2, datada do século IX AC do sítio da Quinta do Marcelo (BARROS, 2000, fig. 55), embora, na falta de análises, não seja certa tal origem, podendo provir igualmente do Mediterrâneo Oriental. A sua tipologia é algo distinta das duas contas recolhidas no povoado de Moreirinha, Idanha-a-Nova, cuja análise química confirmou origem báltica (BECK & VILAÇA, 1995). As restantes três ocorrências de âmbar em contextos do Bronze Final, correspondem igualmente a contas e são todas de carácter habitacional; no castro da Senhora da Guia, Baiões, encontrou-se ainda um bloco de âmbar, que sugere transformação em contas *in loco*, mais ao gosto local, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças.

Seja como for, o elevado peso do colar de Sintra, a par do seu reduzido diâmetro interno (apenas 14 cm) tornaria difícil a utilização desta jóia (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a): Leite de Vasconcelos tinha afastado, pela mesma razão, a sua utilização ao pescoço (VASCONCELOS, 1896). Nestes termos, a sua conotação com dote feminino, num quadro de armazenamento social da riqueza, não é incompatível com o carácter funerário atribuído ao achado. A referida autora chamou ainda a atenção para a frequência de achados de jóias auríferas desprovidas de contextos, achadas isoladas, em zonas de portela ou de passagem. Um traço comum une estes achados, atribuíveis globalmente ao Bronze Final, dos quais apenas o tesouro do Bonabal (Torres Vedras) (Fig. 38), se reporta à região em apreço (TRINDADE & FERREIRA, 1964): são sempre ocultações em terrenos que nenhuma particularidade torna relevantes, sendo, por isso, frequentes as descobertas no decurso de trabalhos agrícolas. A ser assim, o achado do Casal de Santo Amaro, na periferia da serra de Sintra, quadra-se bem nesta concepção, situando-se “na penumbra” produzida pela própria imponência da massa rochosa, que constituiu desde a Pré-História, pela sua posição geográfica, verdadeiro marco do “fim do Mundo”, adquirindo o estatuto de montanha sagrada – é significativa a densidade dos

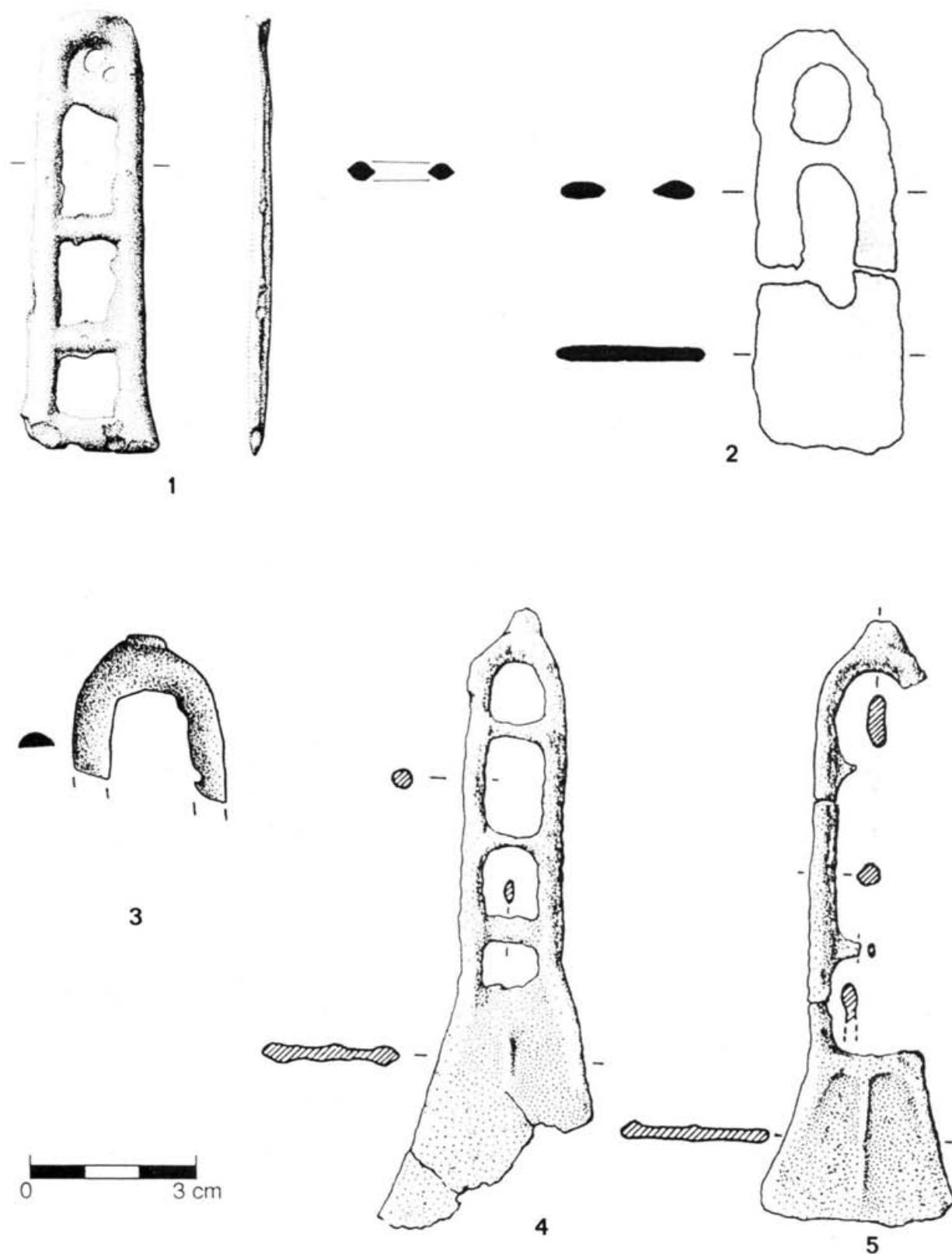


Fig. 33 - "Tranchets" do Bronze Final. 1 - povoado do Monte de Frade, Penamacor (VILAÇA, 1995, 2, Est. CIV, 4); 2 - Sítio da Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 2000, 2, 56); 3 - Castelo de Arraiolos, Arraiolos (CARREIRA, 1994, Fig. 11, 3); 4 e 5 - Castro de Nossa Senhora de Guia, Baiões (SILVA, 1986, Est. LXXXIX, 1, 2). Aos exemplares reproduzidos, poder-se-á acrescentar um fragmento de empunhadura, dubitativamente atribuído a "tranchet" por J. CARREIRA (1994, Est. 34, 6).

achados do Bronze Final – com sobrevivências evidentes no período romano: veja-se o caso do santuário marítimo do Alto da Vigia, perto da Praia das Maças dedicado ao Sol e à Lua, (RIBEIRO, 1982/1983, p. 166, nota 9). Em alternativa, não há argumentos decisivos para negar que a ocultação destas peças corresponda – exceptuando a peça do Casal de Santo Amaro, a única reportável a contexto funerário – a momentos de acréscimo da instabilidade social, não detectáveis pela Arqueologia.

Ainda conotáveis com práticas rituais do Bronze Final II na região em estudo, são as numerosas ocorrências de cerâmicas, acompanhadas por vezes de materiais metálicos (como os atrás referidos) em diversas grutas naturais dos relevos calcários aqui existentes. O exemplo mais expressivo é o conjunto de cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo, Sesimbra (SERRÃO, 1958, 1959; CARDOSO, 1996) (Fig. 39); outros casos se poderiam referir, com destaque para os materiais da gruta do Correio Mor - Loures (CARDOSO *et al.*, 1997/1998). Embora se não possa afastar definitivamente a hipótese de se tratar de espólios funerários, ou mesmo de índole doméstica – sugeridos pela presença de grandes vasos de armazenamento – o facto de jamais se associarem a restos humanos (ou a cinzas, no caso de se admitir a hipótese de sepulturas de incineração) confere credibilidade à possibilidade de estarem relacionados com santuários rupestres, então instalados em tais cavidades. As grutas-santuário nurágicas da Sardenha, nas quais se recolheram peças de bronze, algumas de origem ou imitação peninsular (Lo SCHIAVO, 1991, Fig. 7), podem constituir elemento comparativo merecedor de reflexão, a par do já referido culto das águas passar eventualmente pela utilização de grutas com circulação de água como necrópoles (COFFYN & SION, 1993); porém, nenhuma das cavidades referidas evidencia tal realidade e outras, onde aquela é evidente, não conservam testemunhos comparáveis. Ainda reportável a tal tipo de depósitos é uma pequena garrafa, com apenas 6,6 cm de altura e com decoração canelada, oriunda de uma das grutas do Poço Velho, Cascais (SPINDLER *et al.*, 1973/1974). O paralelo mais próximo são as pequenas garrafas áureas do tesouro de Villena, Alicante, situável no início do Bronze Final, ca. 1575-1400 AC (MEDEROS MARTIN, 1999). O exemplar português poderia interpretar-se como uma imitação em barro de tais peças, à semelhança de exemplares coevos do Cerro de La Encina, Granada, do grupo Cogotas I, assinalados pelo referido autor e, deste modo inscrever-se como mais um testemunho das relações então estabelecidas entre a Baixa Estremadura e outras áreas meridionais peninsulares (Fig. 40).

Naturalmente que, face às jóias de ouro, a ocorrência de adornos de bronze, como braceletes, anéis ou fibulas se reveste de um significado social menor. A par de anéis, de bronze e de secção circular, conhecidos em numerosos sítios da região, que poderiam, em parte, corresponder a argolas e deste modo integrarem peças compósitas, hoje difíceis de reconstituir, destaca-se a ocorrência de braceletes simples, de secção sub-rectangular a sub-quadrangular, como os seis oriundos do Cabeço de Moinhos, Alcainça, Mafra (VASCONCELLOS, 1920; VICENTE & ANDRADE, 1971; KALB, 1980 b). Tal como os machados e foices anteriormente referidos, estas peças atingem na Estremadura a sua frequência máxima.

As fibulas de cotovelo e de dupla mola inscrevem-se também na indumentária das elites do



Fig. 34 - Antigos estaleiros da empresa Parry & Son Ltd., na ponta de Cacilhas, defronte dos quais se recuperou uma espada do Bronze Final, em dragagem realizada na década de 1950. Ao fundo, divisa-se a colina do Castelo de São Jorge, com ocupação importante daquela época. Foto de J.L. Cardoso.

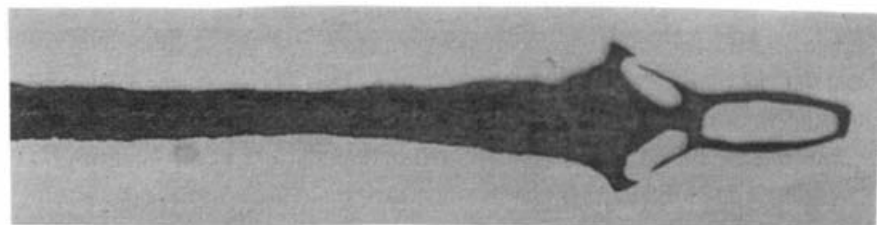


Fig. 35 - Espada do tipo “língua de carpa”, recolhida em dragagem na ponta de Cacilhas, na zona indicada na Fig. anterior (Museu Municipal de Arqueologia de Almada). Seg. Alarcão (1996, p. 202).

Bronze Final II. O sítio da Quinta do Marcelo, Almada (fossa de detritos 2) forneceu, em associação, uma de cada tipo (BARROS, 2000, Fig. 60 e 61). A fíbula de cotovelo corresponde ao modelo cipriota, tendo nos exemplares recuperados no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994) e nos da ria de Huelva (ALMAGRO, 1958; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 b), os seus paralelos mais próximos; como este último depósito, foi datada também no século IX AC pelo radiocarbono (Fig. 41). Neste contexto, a fíbula de dupla mola ali recuperada afigura-se como um dos exemplares mais antigos conhecidos. Trata-se de modelo a que COFFYN (1985, p. 267) atribuiu origem peninsular mediterrânea, por evolução local das fíbulas em cotovelo. Fíbulas de dupla mola persistem, em plena I Idade do Ferro, tanto na vizinha estação de Almaraz, Almada (BARROS, 2000), como no castro de Chibanes, Palmela (COSTA, 1910, Fig. 515), para só mencionar dois exemplos da região em apreço.

No mesmo caso se encontram as argolas com sanguessugas de bronze, de que se conhece um belo exemplar descontextualizado da serra das Ripas, Alenquer (GOMES & DOMINGOS, 1983): embora ocorram em estações da Idade do Bronze, o uso destas peças atingiu época tardia, como foi demonstrado pela recolha de exemplar comparável no povoado do final da Idade do Ferro do Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA, 1973).

Independentemente das razões que estejam na origem de alguns dos achados referidos – tenha-se em conta que ainda se não dispõe de modelos operativos para interpretar uma realidade muito mais complexa do que as ténues evidências materiais deixam supor – o certo é que peças como o colar do Casal de Santo Amaro mostram o sucesso das elites do fim do Bronze Final, associadas ao culminar do estabelecimento de uma vasta rede de intercâmbios, baseados na complementaridade de interesses, expressos por pactos de solidariedade entre as elites.

Sendo certo que, nesta época, a importância mineira da Península se baseava na presença do cobre, a Sul, e do estanho e ouro, a Norte, as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão por certo desempenhado papel de primordial importância na optimização da exploração de tais recursos, e no acréscimo das produções, com o consequente escoamento dos respectivos produtos manufacturados.

Assim sendo, a troca de presentes entre as elites – a que estariam subjacentes acordos mais permanentes, como matrimónios, envolvendo a troca de esposas, cujos dotes seriam preferencialmente constituídos por jóias de ouro – destinaram-se a garantir o funcionamento das vias comerciais estabelecidas (PEREA, 1991, p. 125).

A dispersão dos braceletes do tipo “Villena/Estremoz” seria a materialização desta realidade (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a), sem que sejamos obrigados a admitir, ao contrário desta autora, a intervenção de comerciantes exógenos aos circuitos peninsulares (Fig. 42). A propósito, registre-se que o depósito de bronzes de cunho atlântico de Huerta de Arriba (Burgos) foi recentemente interpretado como presentes oferecidos às elites locais, que controlavam a exploração do minério de cobre, exportado para o litoral cantábrico (DELIBES de CASTRO & FERNÁNDEZ MANZANO, 1991).

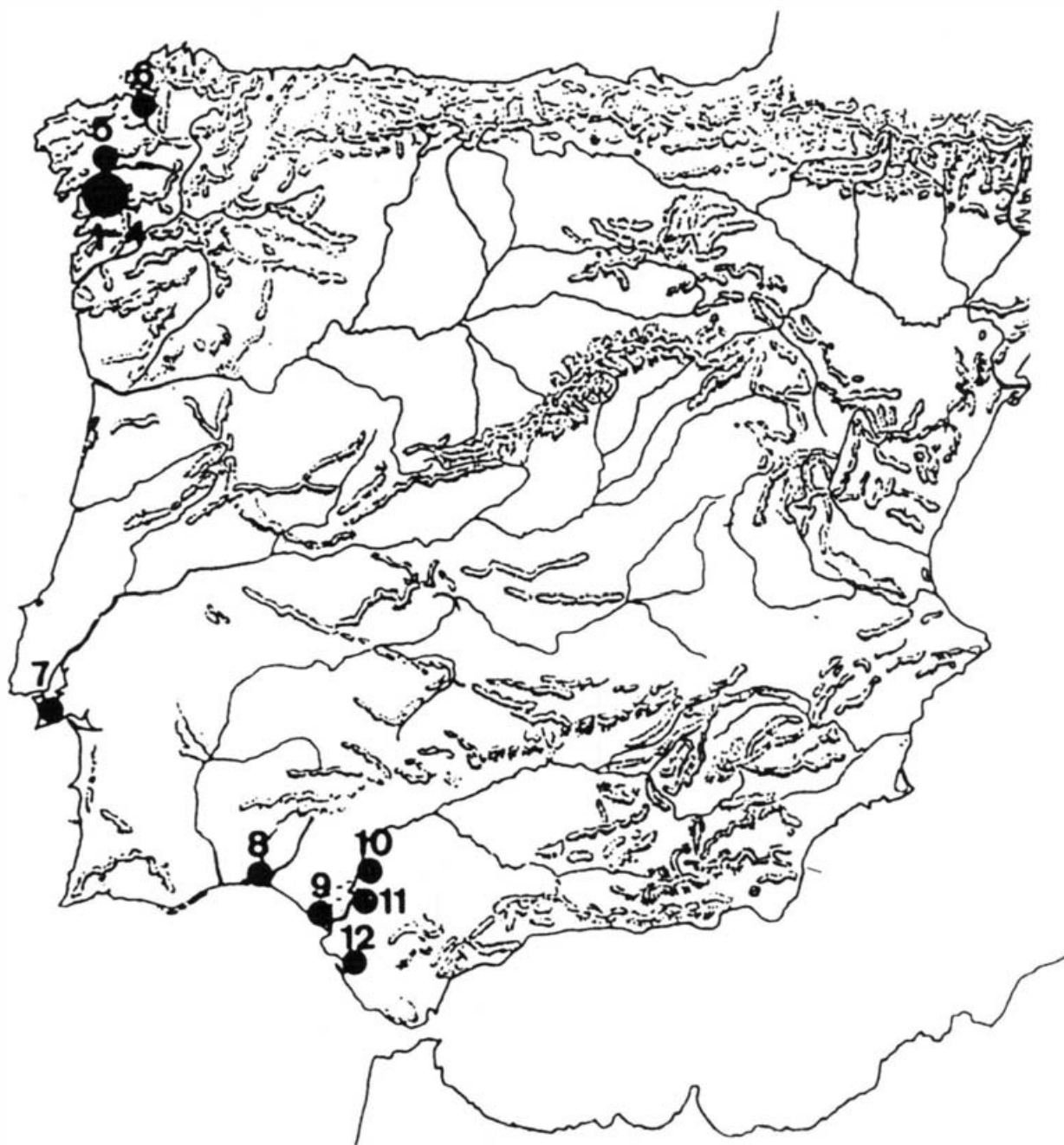


Fig. 36 - Achados de espadas do Bronze Final nas desembocaduras de rios peninsulares. 1-5- rio Ulla; 6 - rio Mero; 7 - rio Tejo; 8 - ria de Huelva; 9-11 - rio Guadalquivir; 12 - rio Guadalete (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a, Fig. 10).

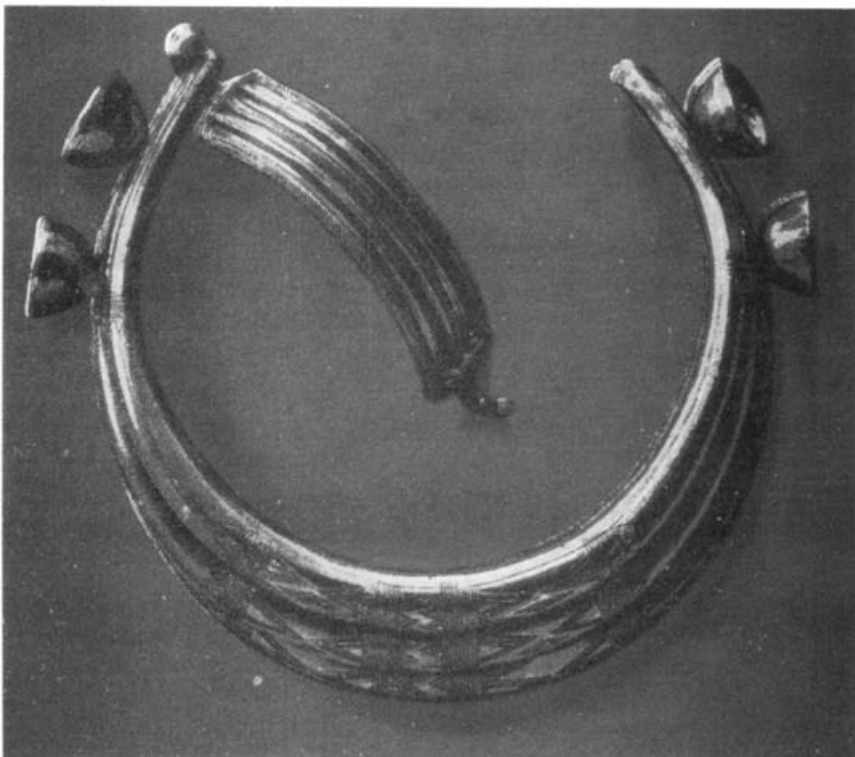


Fig. 37 - Colar do Casal de Santo Amaro, Sintra. Reprodução de estampa colorida antiga, observando-se e decoração do fecho (PEREIRA, 1894).

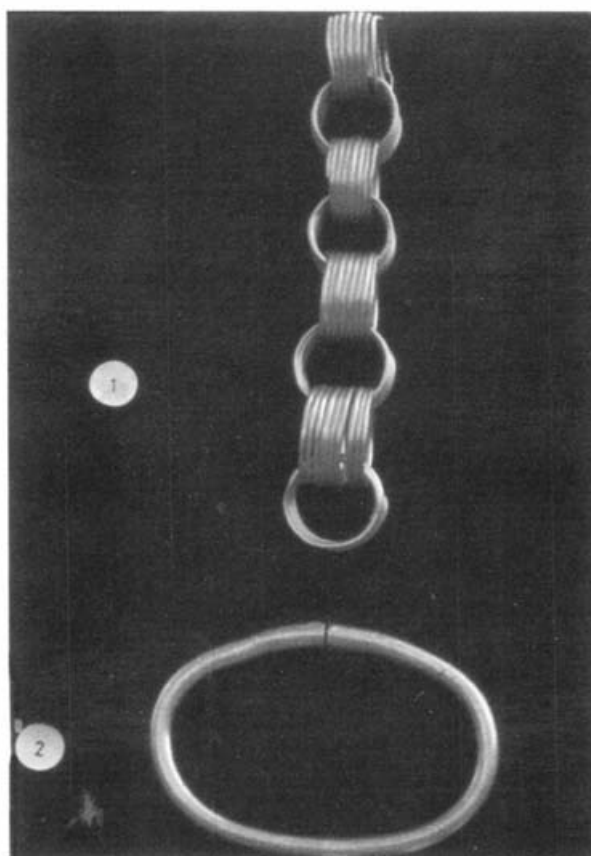


Fig. 38 - Tesouro do Bonabal. 1 - Cadeia de espirais cilíndricas constituídas por arame liso de secção circular. 2 - Bracelete de ouro martelado a partir de um lingote fundido. Foto do arquivo de O. da Veiga Ferreira.

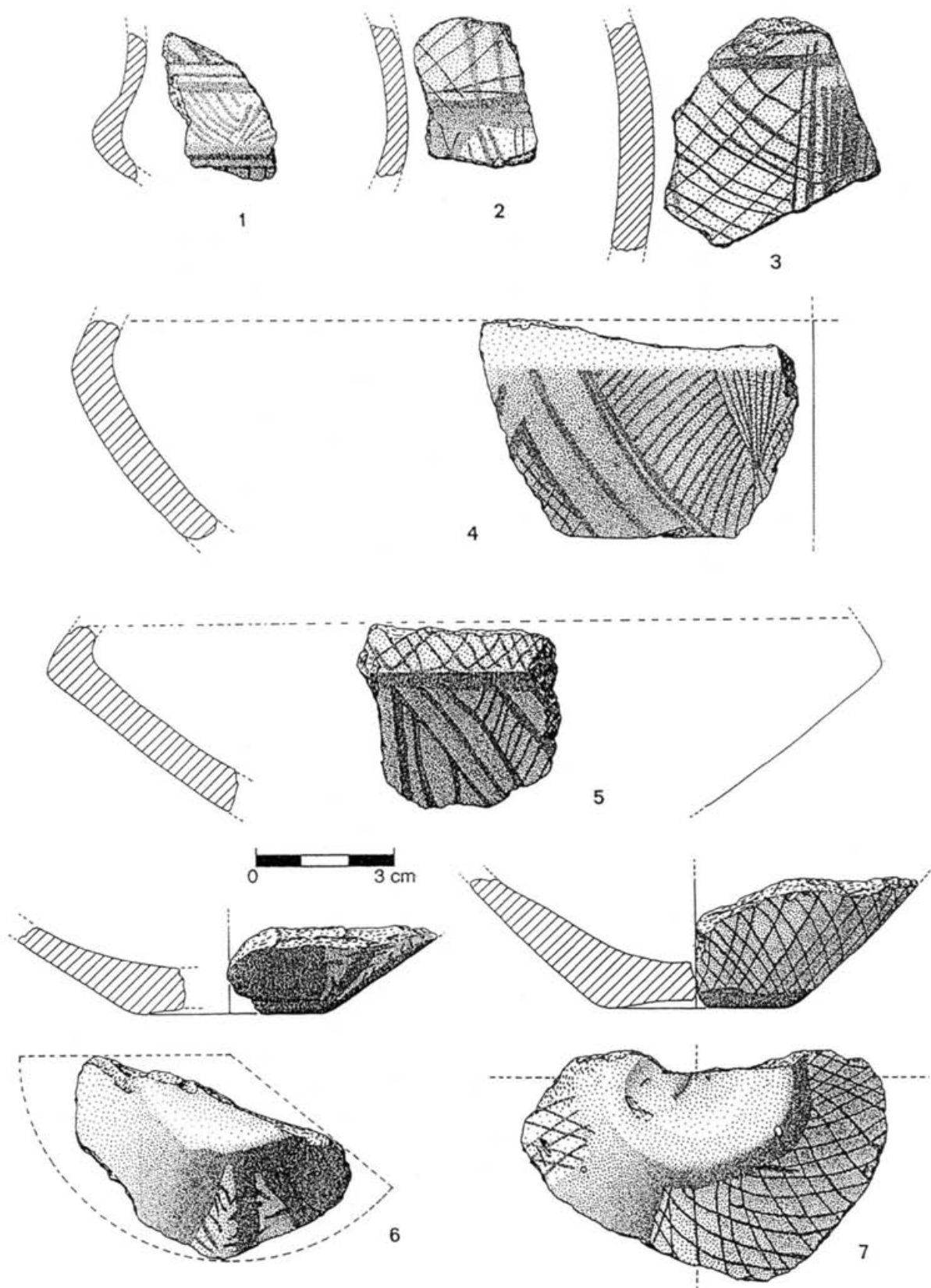


Fig. 39 - Cerâmicas com ornatos brunidos da Lapa do Fumo, Sesimbra (CARDOSO, 1996, 12).

A capacidade económica e organizacional revelada através da obtenção, armazenamento e manufatura dos minérios oriundos de áreas geográficas díspares (ou ainda no seu reproprocessamento, como comprovam os abundantes depósitos de sucata bronzífera, destinada a refundição), viabilizou a abertura dos mercados mediterrâneos a produções que excederiam a procura local ou, ao menos, eram mais rentáveis se colocadas noutros mercados, de maior dimensão. Assim se explica, a partir de certa altura, a extensão àquela área económica de um comércio que, de início, se afigurava essencialmente atlântico. Que tal comércio se encontrava firmemente controlado pelas elites, nas quais o segmento guerreiro deteria um poder sobretudo dissuasório – visto o nível de conflitos armados no Bronze Final ser muito baixo (Bradley, 1984, *in* VILAÇA, 1995, p. 419) – é evidência sublinhada pelas próprias características dos produtos dali oriundos: trata-se de produtos de luxo, usados na indumentária, até então desconhecidos dos povos peninsulares: para além da importação de tecidos finos, cuja importância seria, por certo, relevante, menciona-se a presença de fíbulas de cotovelo de modelo cipriota, como a recolhida na Quinta do Marcelo; as armas (também pertencentes ao grupo de objectos de prestígio ou simbólicos); e objectos rituais de bronze. Entre estes, salientam-se os utilizados no sofisticado ritual do banquete aristocrático, de inquestionável origem no Mediterrâneo oriental, que ALMAGRO-GORBEA (1998, p. 84) não hesita em relacionar com pactos de hospitalidade entre as elites estabelecidas, cujo modelo não custa reportar à região sírio-palestina. Aliás, as próprias fíbulas de cotovelo teriam essa origem, já apontada por SCHÜLE (1969) e, depois, por MOLINA GONZALEZ (1978, p. 215), ao apontar para exemplares do Sudeste peninsular um protótipo do povoado de Meggido, fase V a, situável nos séculos XI/X AC. Certas peças, são efectivamente características de cerimoniais orientais, como os ganchos para carne, que seriam utilizados nos aludidos banquetes ri-tuais e aristocráticos; atingiram a Irlanda, numa expressiva afirmação da profundidade, rapidez e extensão da difusão das ideologias e rituais que corporizam, adoptadas pelas elites nas respectivas regiões, por mais distantes que estivessem do fulcro original (ALMAGRO-GORBEA, 1995). Por não se terem até ao presente reconhecido na área em estudo quaisquer evidências destas práticas, não serão motivo de desenvolvimento neste ensaio.

Como refere VILAÇA (1995, p. 418), citando Renfrew, “A troca destes bens (...) é feita num nível horizontal, isto é, entre iguais (...). Assim se pode compreender a grande dispersão de determinados *itens*, essencialmente metálicos, de feição trans-europeia e inseríveis no que Earle designou de “estilo de elite” ou “estilo internacional” (EARLE, 1989)”.

É neste contexto de intensos contactos que se verifica a introdução de peças de ferro, objecto de diversos estudos e inventários (ALMAGRO-GORBEA, 1993; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 c); aos seis sítios referidos pelo primeiro, ou, aos quatro admitidos pela segunda – dos quais apenas um português, o castro da Senhora da Guia, Baiões, haverá de somar-se o sítio da Quinta do Marcelo, Almada, onde três faquinhas de ferro ocorreram em contexto do Bronze Final (fossa de detritos 2), datado do século IX AC (BARROS, 2000) e, sobretudo, os achados dos povoados do Monte do Frade e de Moreirinha, também datados pelo radiocarbono entre os séculos XII/XI e IX AC

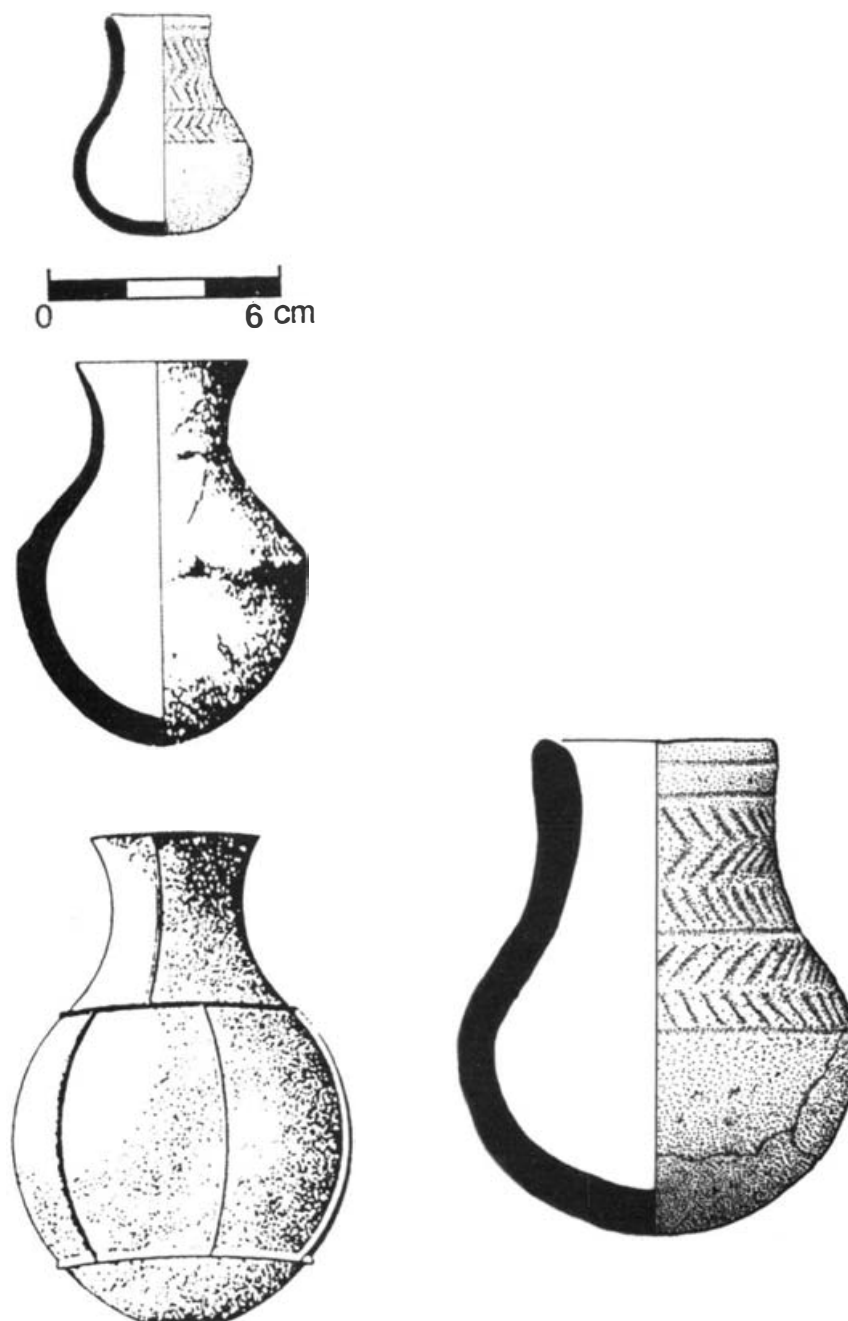


Fig.40 - Comparação da pequena garrafa decorada por caneluras verticais em zigue-zague das grutas do Poço Velho (Cascais), em cima, com duas homólogas, do Bronze Final: ao centro, do Cerro de La Encina (Granada); em baixo exemplar de ouro, do tesouro de Villena (Alicante) (MEDEROS-MARTIN, 1999, Fig. 1). À direita: a peça do Poço Velho, em tamanho natural, publicada por J.R. Carreira.

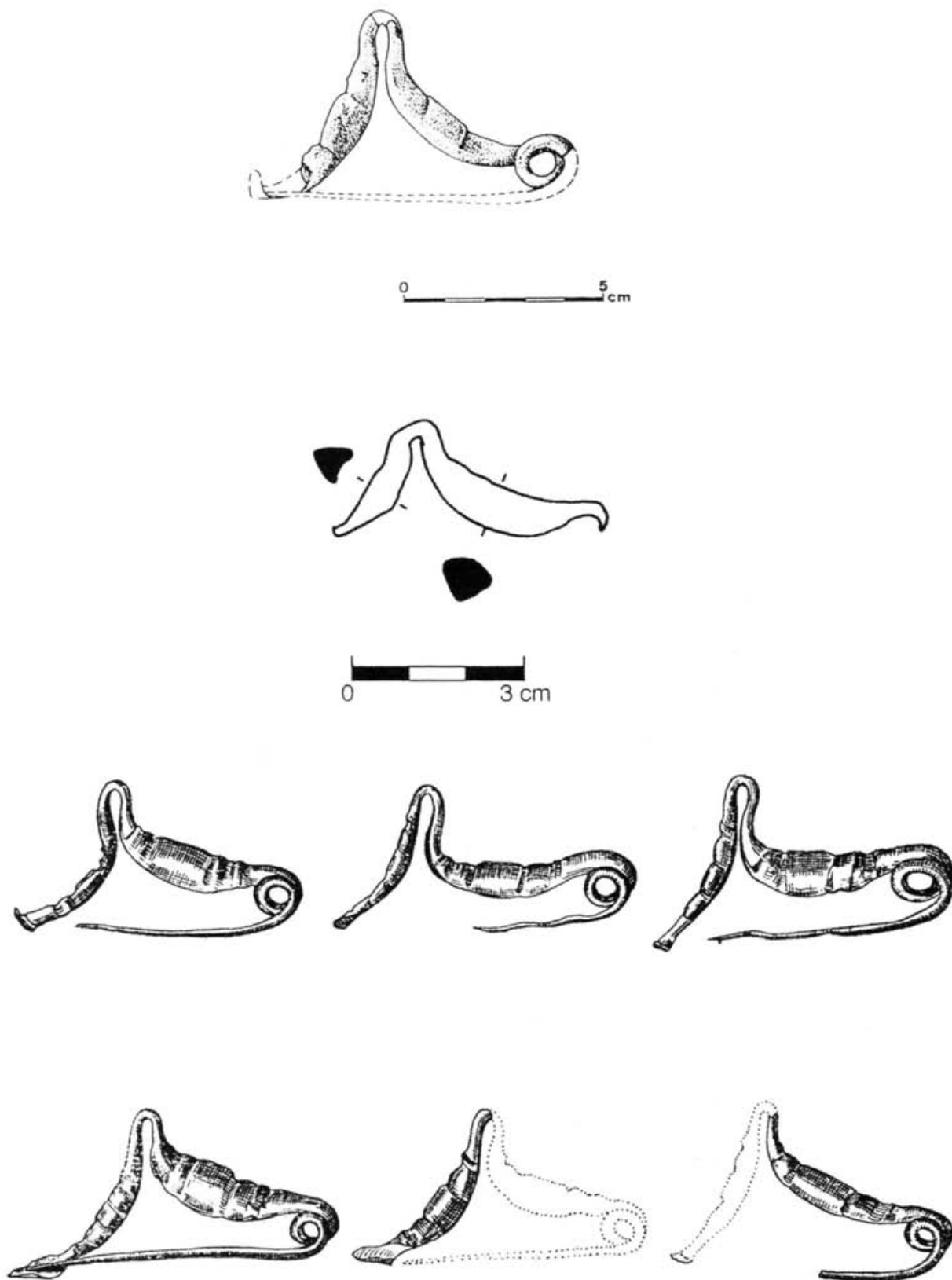


Fig. 41 - Fibula de cotovelo do sítio da Quinta do Marcelo, ao centro, comparada com exemplar do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior, em cima e com conjunto recuperado na ria de Huelva (respectivamente, seg. BARROS, 2000; CARREIRA, 1994 e ALMAGRO, 1958).

(VILAÇA, 1995, p. 351). Também a introdução do ferro na Beira Alta foi precoce, como se comprova de data radiocarbónica obtida para a ocupação mais antiga do povoado do Outeiro dos Castelos de Beijós (distrito de Viseu), entre 1310 e 1009 AC, de onde provém uma lâmina de ferro de faca afalcatada (SENNA-MARTINEZ, 2000). Estas peças, tais como as restantes portuguesas, correspondem a introduções exógenas, e, em geral, mais a itens sócio-simbólicos do que a efectivos artefactos funcionais, ainda que nalguns casos não repugne aceitar tal atribuição: é o caso do cinzel de ferro com manga de bronze de tipologia atlântica, do castro da Senhora da Guia, Baiões, Viseu (SILVA, 1986, Est. XC, nº. 1), ou de peças sidéricas que copiam modelos de bronze. Sejam peças funcionais ou não, constituem por certo objectos importados. Tenha-se presente que as três peças da Quinta do Marcelo são pequenas facas, das quais a única de forma reconhecida é semelhante às duas, de gume curvo, do povoado de Moreirinha, Idanha-a-Nova, precisamente “os artefactos mais frequentes que ocorrem no Mediterrâneo Oriental, em Chipre e na Grécia, no período de transição Bronze/Ferro, no século XII AC” (VILAÇA, 1995, p. 351). De facto, alguns dos exemplares orientais (BUCHOLZ & KARAGEORGHIS, 1973, Fig. 23) mostram-se idênticos aos portugueses. Tem também interesse verificar que a introdução do ferro na Sardenha remonta ao século XIII AC e é imputada aos contactos então havidos com os mercadores cipriotas (Lo SCHIAVO, 1991); não custa, pois, aceitar que tenham sido estes, ou, mais provavelmente, os seus intermediários sardos, nos contactos com o Ocidente, os responsáveis pela sua introdução na Península, em momento imediatamente ulterior. É no âmbito destes contactos que o notável monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra deve ser encarado, sendo evidente a sua importância.

4.4 – O monumento da Roça do Casal do Meio no quadro dos contactos mediterrâneos pré-coloniais

Na Baixa Estremadura, este é sem dúvida o mais expressivo documento dos contactos estabelecidos no Bronze Final II com o Mediterrâneo Central, de onde proviriam intermediários dos mercados situados mais a oriente, e que tinham Chipre por centro. Trata-se de sepultura em falsa cúpula (*tholos*), com câmara e corredor, escavada em 1972 por K. Spindler e O. da Veiga Ferreira (Fig. 43). Exemplar de arquitectura única na Península Ibérica, a estranheza que causou foi tanta, que os seus exploradores tiveram que recorrer à tradição calcolítica para a explicar, expressa, na mesma região, por construções análogas (SPINDLER *et al.* 1973/1974). Porém, tal tradição tinha-se perdido cerca de 1500 anos antes, sendo, por outro lado, evidente que, no caso em apreço, não se tratava de uma *tholos* calcolítica: além da câmara ser de muito menor tamanho que os exemplares estremenhos deste tipo de monumentos, a sua cobertura não correspondia ao processo tradicional da disposição de pequenas lages, sucessivamente ultrapassadas para o interior da câmara, mas sim a aparelho de adobe (provavelmente de blocos de barro seco ao sol). Também foi admitida a hipótese de se tratar

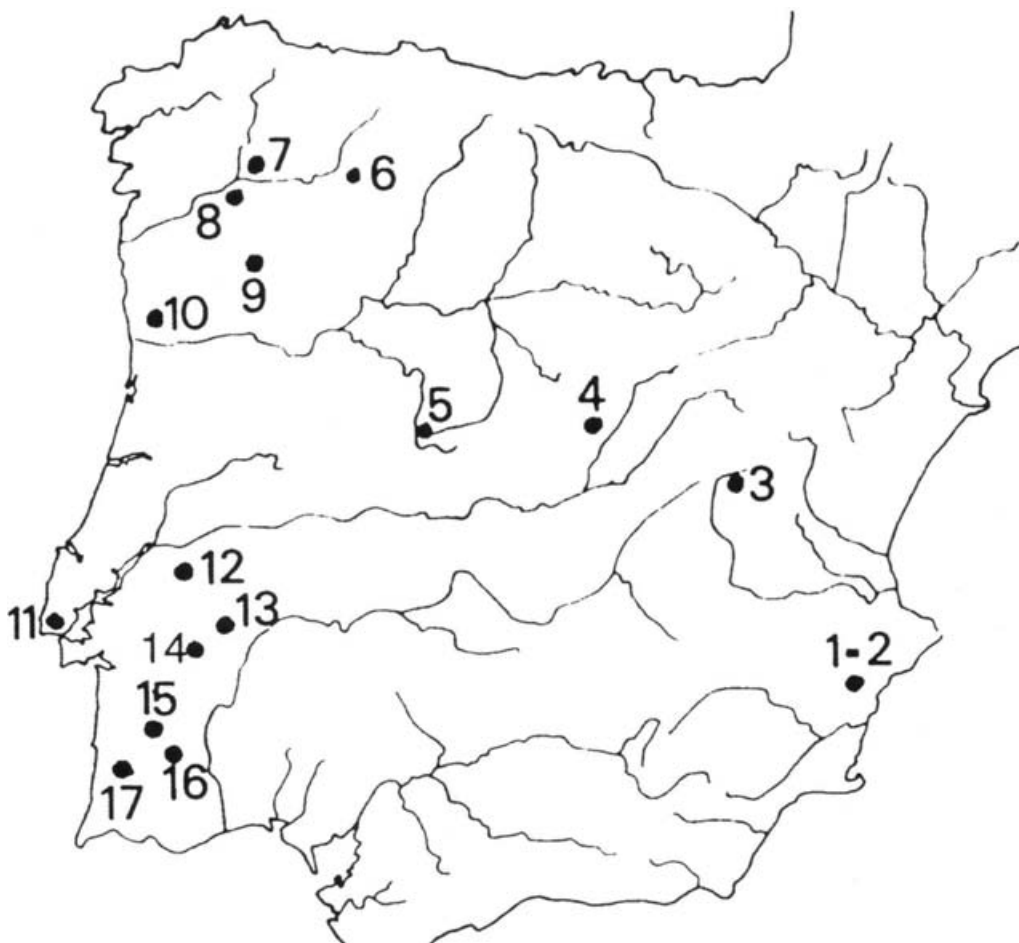


Fig. 42 - Dispersão das braceletes do tipo “Villena/Estremoz” na Península Ibérica (MEDEROS-MARTÍN, 1999, Fig. 4).



Fig. 43 - Vista geral do monumento da Roça do Casal do Meio, Calhariz (Sesimbra), depois de completamente escavado. Foto de O. da Veiga Ferreira / K. Spindler.

de simples reutilização de uma *tholos* calcolítica (BELÉN, ESCACENA & BOZZINO, 1991, p. 237), contrariada não apenas pelos argumentos expostos, mas ainda por se não ter conservado qualquer objecto calcolítico, por pequeno que fosse, o que se afigura inverosímil. Recentemente, ALMA-GRO-GORBEA (1998) admitiu tratar-se de uma criação local, com paralelos tanto nas sepulturas com câmara circular e *dromos* do Mediterrâneo Central (Sardenha, Sicília), como do Mediterrâneo Oriental (Egeu, onde se generalizam a partir do Heládico Final II-III e em Chipre), nas quais se teria directamente inspirado, dada a ausência de ocorrências comparáveis no Ocidente. Com efeito, a câmara, circular, comunica com o exterior através de um corredor com declive para o interior (*dromos*), selado na entrada por um grande ortóstato de calcário (*stomion*), sendo também observável a selagem do corredor, na passagem para a câmara, por amontoado de blocos. Todos estes elementos foram observados em *tholoi* da área micénica, embora a sepultura da Roça do Casal do Meio seja cerca de 200 anos mais recente que os mais modernos daqueles sepulcros (MYLONAS, 1957). Na câmara, efectuaram-se duas tumulações de indivíduos, um seguramente, outro provavelmente masculino, em decúbito dorsal (sep. 1) (Fig. 44), em decúbito lateral retraído, sobre pequena banquetta argilosa encostada à parede da câmara (sep. 2) (Fig. 45). Ritualmente, depositaram-se aos pés de ambas – sem dúvida efectuadas em simultâneo ou separadas por curto intervalo de tempo – restos de quatro ovino-caprinos juvenis; a análise dos segmentos anatómicos conservados, mostra que correspondiam a nacos ricos de carne. Oferendas do mesmo tipo, talvez relacionadas com o banquete funerário, encontram-se igualmente em *tholoi* micénicas, tal como o uso de depositar os corpos em banquetas, como a observada (MYLONAS, 1948), desconhecido nas *tholoi* calcolíticas da região.

O alto estatuto social das duas personagens ali tumuladas encontra-se sublinhado pelo espólio acompanhante: à primeira, pertencia um pente de marfim (Fig. 46), uma pinça depilatória e um anel de bronze; à segunda, reporta-se outra pinça, de maiores dimensões, um “agrafe” de cinturão e uma fíbula (Fig. 47, 48). Dois recipientes – um vaso de colo alto com ornatos brunidos no bojo e uma taça carenada – ambas produções típicas do Bronze Final – completavam o conjunto, sendo os únicos exemplares de produção claramente local ou regional. A requintada indumentária usada pelos dois personagens é indicada pelo agrafe de cinturão, tal como a fíbula, objectos até então desconhecidos na região, que pressupõem a utilização de tecidos finos, atendendo à sua fragilidade e pequeno tamanho; por outro lado, o cuidado com a própria apresentação é ilustrada pelo pente – um dos escassos marfins anteriores às importações fenícias, visto que apenas os braceletes de Peña Negra I, Alicante (GONZÁLEZ-PRATS, 1990) se podem reportar ao Bronze Final – e pelas pinças depilatórias. Estas, são muito mais que um simples objecto de cosmética, podendo associar-se ao tratamento da barba, como símbolo de idade e hierarquia (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 c, p. 139).

A cronologia encontra-se determinada pela tipologia da fíbula, com enrolamento no arco, cujos paralelos mais próximos nos remetem para a Sicília (fíbulas de “arco serpeggiante”, cf. RUIZ-DELGADO, 1989) da fase Pantalica II/III. Já os escavadores do monumento a tinham assim relacionado, atribuindo-lhe cronologia do século X AC ou inícios do seguinte, que trabalhos ulteriores referindo-



Fig. 44 - Sepultura 1 do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), em decúbito dorsal. Observa-se a fractura do húmero direito, resultante de violação antiga do monumento. Foto de O. da Veiga Ferreira / K. Spindler.



Fig. 45 - Sepultura 2 do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), em decúbito lateral, com pernas e braços flectidos, assente em banquetta argilosa, com rebordo, encostada à parede da câmara. Foto de O. da Veiga Ferreira / K. Spindler.

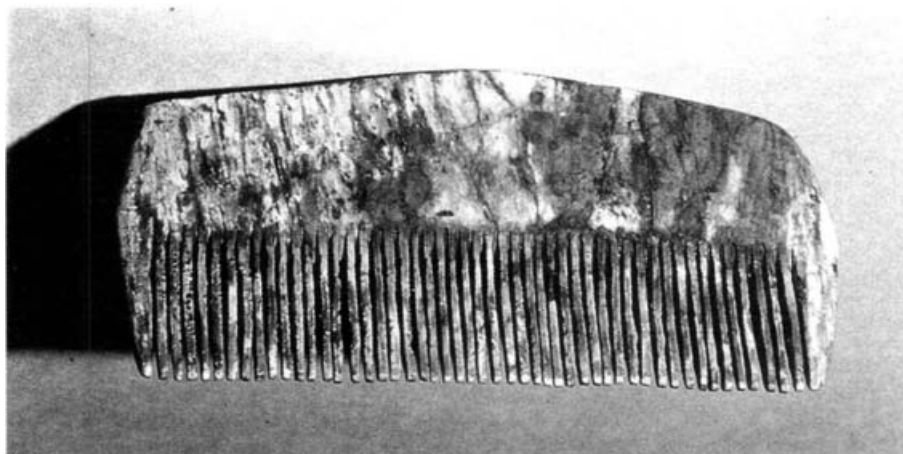


Fig. 46 - Pente de marfim, reduzido, do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), associado à sepultura 1 Foto de M. Leitão.

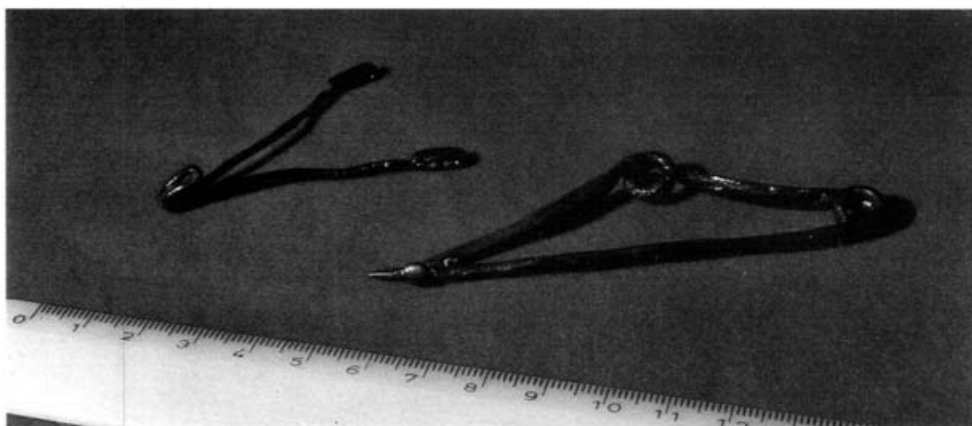


Fig. 47 - Fecho de cinturão e fibula com enrolamento no arco do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), pertencentes à sepultura 2 Foto de M. Leitão.

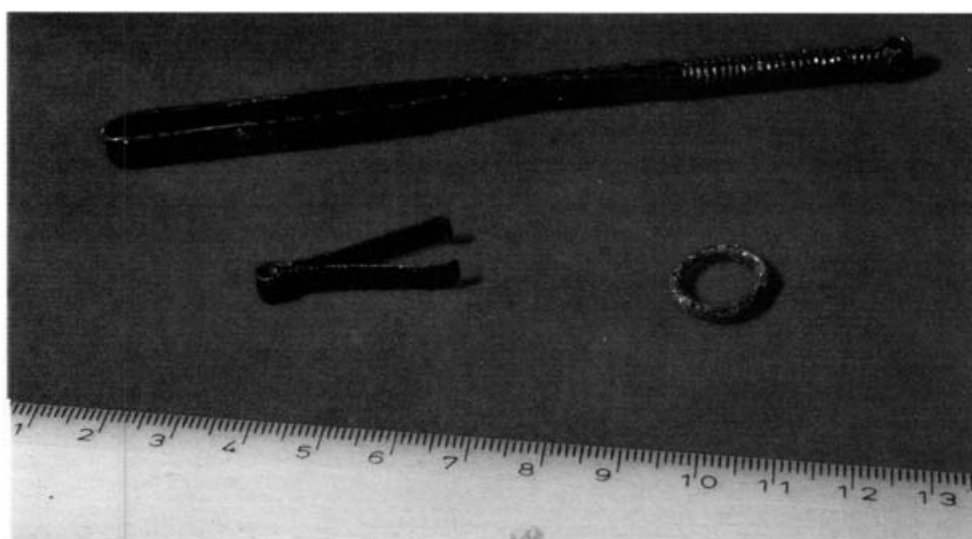


Fig. 48 - Pinças depilatórias e anel das sepulturas 1 e 2 do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra). Foto de M. Leitão.

-se à mesma peça, não alteraram (além dos dois supra-citados, destaca-se o de RUIZ-DELGADO, 1989): são todos unânimes na sua filiação em modelos do Mediterrâneo Central, reforçada pelo facto de se tratar de peça sem equivalente na região (mencione-se, no entanto a existência de diversos exemplares incompletos, do mesmo tipo, do castro da Senhora da Guia, Baiões, Viseu (KALB, 1978, Abb. 10), e dos castros do Castelo dos Mouros, de S. Romão e de Santa Luzia, também da região de Viseu (PONTE & VAZ, 1989; SENNA-MARTINEZ, 2000). Aliás, a presença de fíbulas mediterrânicas no centro-interior peninsular era conhecida de há muito, pelo achado de exemplar do mesmo tipo dos referidos, no Cerro del Berrueco, Salamanca (SCHÜLE, 1969, Abb. 10), sugerindo difusão limitada pela meseta, à semelhança das jóias auríferas de grande dispersão, como os braceletes Villena/Estremoz, supra referidos. Assim sendo, os dois indivíduos tumulados na Roça do Casal do Meio, poderão conotar-se com as elites regionais do Bronze Final II as quais, num processo de aculturação, teriam adoptado não apenas a indumentária e formas de cuidados pessoais com origem no Mediterrâneo Central, considerados mais requintados, mas ainda as próprias práticas rituais vigentes nessa área geográfica – a começar pelas características arquitectónicas do monumento – tributárias de outras, oriundas do Mediterrâneo Oriental. Em alternativa, por serem tão evidentes os indícios exógenos, é lícito admitir (CARDOSO, 2000 b; CARDOSO, 2000 c), como RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO (1998 c) que os dois indivíduos sepultados na Roça do Casal do Meio correspondam a comerciantes de origem sarda, estabelecidos perto da foz do Sado, hipótese que corporizaria, pela primeira vez, a presença directa no terreno de comerciantes mediterrâneos, antes da chegada fenícia.

Com efeito, em plena Arrábida identificou-se povoado de altura da mesma época – o Castelo dos Mouros (SILVA & SOARES, 1986) – cujos habitantes não custa ver relacionados com os personagens referidos. Atendendo ao tipo de implantação dos dois sítios, é aliciante fazer corresponder ao primeiro o papel de sede da população indígena, designadamente das elites locais. A ser assim, a evidência material disponível adquiriria outra dimensão e coerência, enfatizando a perspectiva de uma fase pré-colonial no litoral da Estremadura, de há muito defendida por ALMAGRO-GORBEA para o litoral andaluz e levantino (1990, 1998), para cuja existência seria incontornável a própria presença de indígenas, relacionando-se directamente com comerciantes ali chegados por via marítima.

Foi no decurso desse longo período de convivência discreta, mantida por trocas comerciais de interesse mútuo, talvez ainda iniciado na época micénica – relembrem-se, a propósito, e entre outros testemunhos do Bronze Pleno do território português, as 21 contas de pasta vítrea azul e amarela, recolhidas na cista 22 da necrópole de Atalaia, Ourique (SCHUBART, 1975, Tf. 26) (Fig. 49) – que se enformaram as elites do Bronze Final da Baixa Estremadura, tanto nos seus gostos quotidianos como nas práticas religiosas que progressivamente adaptaram aos seus próprios rituais. Deste processo de aculturação, resultou a criação de ambiente sócio-cultural propício ao rápido sucesso da empresa fenícia (CARDOSO, 1995), precoce e facilmente afirmada na área em estudo, apesar da sua posição periférica, que, culturalmente se apresentaria como ténue reflexo ocidental da brilhante civilização tartéssica, então em gestação no vale do Guadalquivir.

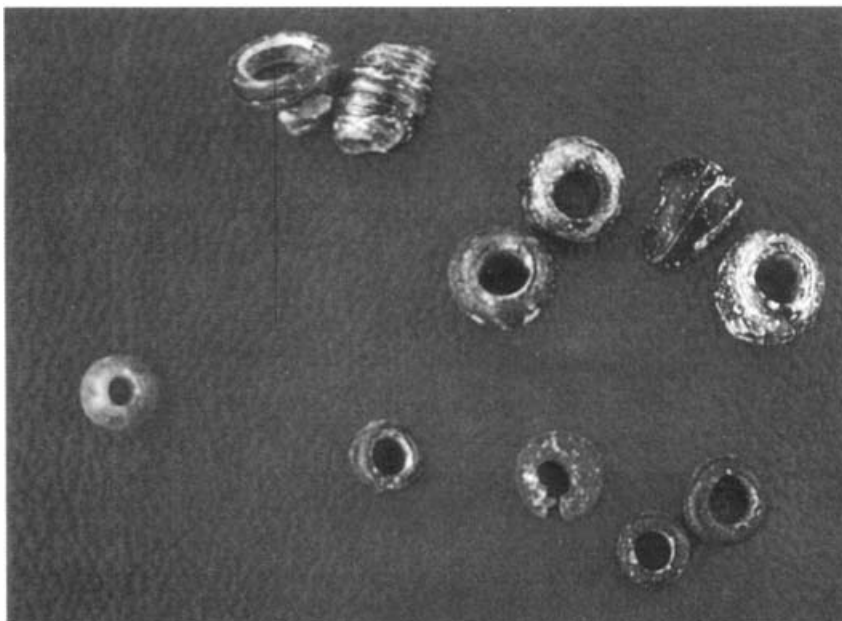


Fig. 49 - Contas de pasta vítrea azul e amarela, oriundas da sepultura V-22 da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia, Ourique (SCHUBART, 1975, Tf. 26).

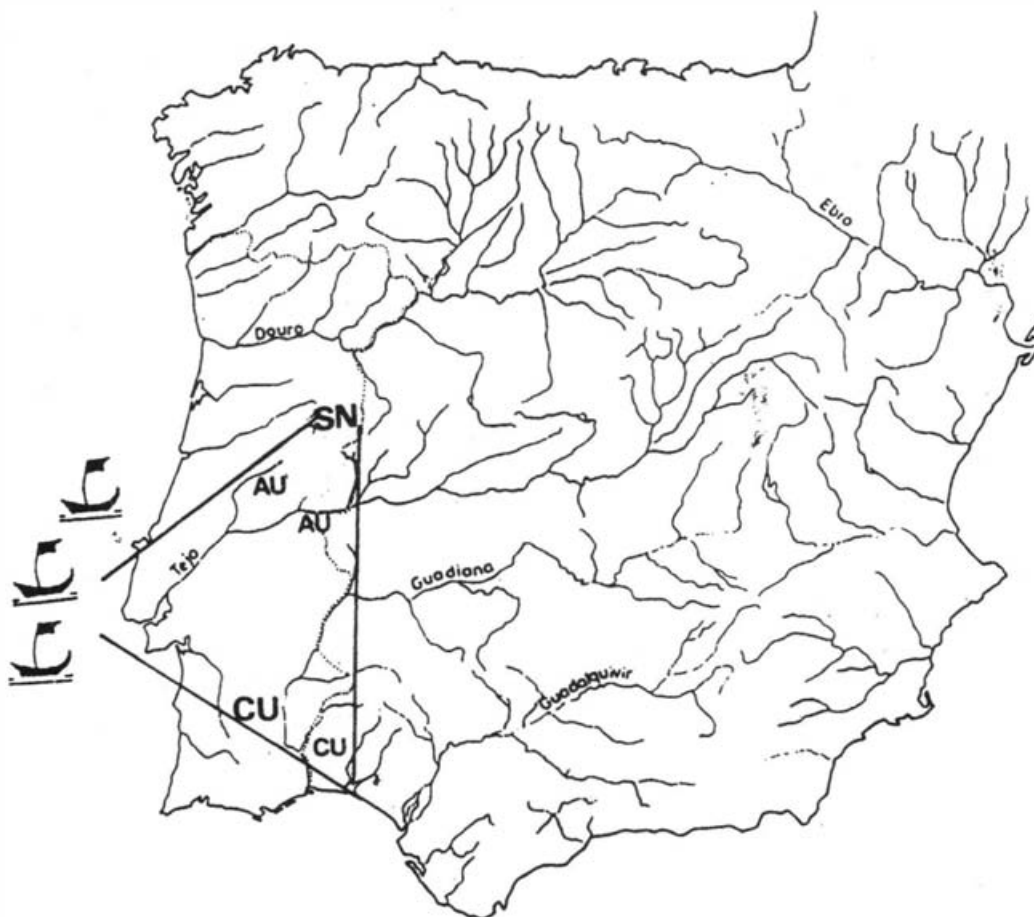


Fig. 50 - Explicação, segundo o modelo locativo de Weber, do afluxo simultâneo do estanho e do cobre à Estremadura portuguesa, seguido da consequente metalurgia e ulterior exportação dos produtos manufacturados (seg. VILAÇA, 1995, Fig. 77, que a ele recorreu, mas com intuítos distintos).

4.5 – A Baixa Estremadura como área de encontro de culturas

É no âmbito de tudo o que foi dito que a noção de “Bronze Atlântico” ganha substância. Trata-se de realidade materialmente suportada pela produção de peças de bronze e sua circulação trans-regional – sobretudo seriam os modelos, mais do que as peças que viajariam, sendo rapidamente reproduzidos localmente – decorrentes das relações comerciais estabelecidas na fachada atlântica da Europa Ocidental, desde o Bronze Pleno, com progressiva intensificação até ao Bronze Final II, entre os séculos XII/XI a IX AC, altura em que se estenderam ao Mediterrâneo. Tais actividades, baseadas no mútuo interesse comercial, veicularam realidades culturais específicas, que, deste modo, se difundiram a outras regiões, onde foram adoptadas pelas elites que nelas governavam. Originou-se assim uma nova realidade supra-regional, de base económica, onde se mesclavam tradições culturais e ideológicas distintas, umas de raiz atlântica, outras originárias do oriente mediterrâneo.

Acentuou-se então a posição geográfica privilegiada da Baixa Estremadura no âmbito de tais contactos atlanto-mediterrâneos, bem como, a uma escala mais circunscrita, no contexto do ocidente peninsular, a importância económica dos dois grandes rios peninsulares que aqui confluem com o Oceano, assegurando o escoamento do ouro e do estanho do Norte, e do cobre, do Sul. A franca exposição atlântica do seu litoral e o abrigo proporcionado à navegação oceânica pelos dois estuários daqueles rios, explica, enfim, a relevância da Estremadura nas rotas comerciais marítimas. Recorrendo à teoria locativa de Weber, de 1909 (*in* VILAÇA, 1995), o local adequado para a instalação de uma determinada indústria deverá seleccionar-se de entre aqueles que correspondam às linhas de transporte com menor esforço, que não são, necessariamente, sinónimo de menor distância (e por conseguinte de maior economia), nos abastecimentos necessários ao seu funcionamento (e, acrescente-se, no escoamento dos respectivos produtos). Convergindo as vias do estanho, ouro e cobre na Baixa Estremadura, de onde se fazia vantajosamente a distribuição dos respectivos produtos manufacturados, por via marítima, tanto para Norte como para Sul, conclui-se que esta seria a área ideal para proceder à produção de bronzes (Fig. 50), como os anteriormente referidos. O facto de ser a região do País mais rica em determinados tipos artefactuais de tipologia própria à região estremenha parece vir ao encontro desta hipótese.

Porém, como se verificou pelos inventários apresentados, trata-se de produções bronzíferas sempre em pequena escala, traduzidas pelos baixos efectivos de achados; por outro lado, não se encontrou até ao presente nesta área, oficina ou povoado metalúrgico especializado, nem sequer um molde dos artefactos produzidos mais comuns e característicos: os machados de alvado e duas argolas. Com efeito, a distribuição geográfica dos moldes de artefactos de bronze mostra uma concentração no interior centro do País (VILAÇA, 1995, Fig. 76), ilustrando invariavelmente uma metalurgia doméstica, destinada a suprir as necessidades locais de cada um destes sítios. O que os diferenciava dos seus congéneres estremenhos era a possibilidade destes proverem à distribuição alargada das suas próprias produções, graças à posição geográfica que detinham no contexto

regional e transregional do comércio então plenamente afirmado, que constitui o traço mais marcante do fim da Idade do Bronze na região estudada.

A Baixa Estremadura configurava-se, pois, no fim do Bronze Final, como área geográfica, económica e cultural palco da intersecção de múltiplos interesses, que garantiram a sua própria individualização, afinal indissociável dessa realidade dual – o Atlântico e o Mediterrâneo – de cujo caldeamento resultou um dos traços essenciais e permanentes do território hoje português, subjacente à própria identidade nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1996) – O primeiro milénio a. C. *In De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.* (J. de Alarcão, ed.). Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia: 15-30.
- ALMAGRO, M. (1958) – Deposito de la ría de Huelva. *Inventaria Archeologica*, fasc. 1-4: E.I. Madrid: Instituto Español de Prehistoria/Dirección General de Bellas Artes. 39 Láminas.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1990) – El periodo orientalizante en Extremadura. *In La Cultura tartésica y Extremadura*. Cuadernos Emeritenses. Mérida. 2: 85-125.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993) – La introducción del hierro en la Península Ibérica. Contactos precoloniales en el Periodo Protoorientalizante. *Complutum*. Madrid. 4: 81-94.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1995) – Ireland and Spain in the Bronze Age. *In Ireland in the Bronze Age*. Dublin. Stationery Office: 137-148.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1998) – “Precolonización” y cambio socio-cultural en el Bronce Atlántico. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 10: 81-100.
- ARMBRUSTER, B. (1995) – O colar de Sintra. *In A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. Oliveira Jorge, ed.). Lisboa. Instituto Português de Museus: 103.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (1993) – Os braceletes de Torre Vã. *In Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – coleção de ourivesaria*. 1º. Volume: do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa. Instituto Português de Museus: 144.
- BARBOSA, E. (1956) – O castro da Pedra de Ouro (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3: 75-85.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada. Câmara Municipal de Almada. 49 p.
- BARROS, L. de (2000) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa. Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa. 2 vol.
- BARROS, L. & Espírito-Santo, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990). Lisboa. 333-342.

- BECK, C. W. & VILAÇA, R. (1995) – The provenience of Portuguese archaeological amber artefacts – a case study from Moreirinha (Beira Baixa). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (4): 204-219.
- BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. & BOZZINO, M. I. (1991) – El mundo funerario del Bronce Final en la facha da atlantica de la Peninsula Iberica. I. Analisis de la documentacion. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 48: 225-256.
- BUBNER, T. (1979) – Die Äneolithische Siedlung auf dem Miradouro dos Capuchos. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 20: 11-42.
- BUBNER, T. (1996) – A cerâmica de ornatos brunidos em Portugal. In *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.* (H.J. de Alarcão, ed). Lisboa. Instituto Português de Museus: 66-72.
- BUCHOLZ, H.-G. & KARAGEORGHIS, V. (1973) – *Prehistoric Greece and Cyprus. An archaeological handbook*. New York. Phaidon Press. 517 p.
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais. Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos dez anos. *Al-madan*. Almada. Série II, 3: 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronce Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conímbriga*. Coimbra. 34: 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O Bronce Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5: 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 a) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 b) – O povoado do Bronce Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 169-187.
- CARDOSO, J. L. (2000 a) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19 (1): 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2000 b) – A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronce da Baixa Estremadura. *Discursos*. Lisboa. 2: 243-251.
- CARDOSO, J. L. (2000 c) – Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronce Final. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 14: 45-70.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronce Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 351-359.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) – Le Bronce Final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *Mediterrâneo*. Lisboa. 2: 193-206.
- CARDOSO, J. L. & FERNANDES, F. B. (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 153-164.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1990/1992) – Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10: 203-228.

- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1996) – Contribution d’une série de datations 14 C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l’Estremadura Portugaise. *Révue d’Archéométrie*. Rennes. Supplément 1996: 45-50.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1986) – A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa-revista municipal*. Lisboa. Série II, 15: 13-18.
- CARDOSO, J. L. GUERRA, M. F. & GIL, F. B. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. 1: 231-250.
- CARDOSO, J.L. *et al.* (1996) - O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 135-193.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da V.; NORTH, T. & NORTON, J. (1997/1998) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 155-167.
- CARO, A. (1989) – Consideraciones sobre el Bronce Antiguo y Medio en el Bajo Guadalquivir. *Tartessos. Arqueología Protohistorica del Bajo Guadalquivir* (M. E. AUBET SEMMLER, coord.). Sabadell. AUSA, 85-120.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História Recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2: 47-144.
- CARREIRA, J. R. (1997) – Catujal: um povoado da Idade do Bronze (Médio) à entrada da “ria e Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*. Aljustrel. 6: 119-140.
- CARREIRA, J. R. (1998) – A ocupação da Pré-História Recente do Alto de Chibanes (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3/4: 123-213.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard, 441 p.
- COFFYN, A. & SION, H. (1993) – Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze Final Atlantique. *Mediterrâneo*. Lisboa. 2: 285-310.
- CORREIA, V. H. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0: 189-244.
- COSTA, A. I. M. da (1910) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. Appendice. Homem protohistorico. Idades do Bronze e do Ferro no castro de Chibanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15: 55-83.
- DELIBES de CASTRO, G. & FERNÁNDEZ-MANZANO, J. (1991) – Relaciones entre Cogotas I y el Bronce Final Atlantico en la meseta española. In *Le Bronze atlantique* (Ch. CHEVILLOT & A. COFFYN, ed.). Beynac: 203-212.
- ESCHWEGE, G., Barão de (1831) – Memoria Geognostica ou golpe de vista do perfil das estratificações das diferentes rochas, de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. Appendice, por A. A. Vandelli. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. 11 (1): 253-306.

- FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; MONTERO-RUIZ, I. & ROVIRA LLORENS, S. (1995) – Los primeros objetos de bronce en el occidente de Europa. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 52 (1): 57-69.
- FONTES, J. (1916) – Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21: 337-347.
- GAMITO, T. J. (1990/1992) – A cerâmica de retícula brunida do castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10: 277-297.
- GIL, F. B.; GUERRA, F. & BARREIRA, G. (1986) – Estudo físico do espólio metálico. In A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 2: 129-134.
- GOMES, J. J. F. & DOMINGOS, J. B. B. (1983) – A “xorca” da serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1: 287-300.
- GONÇALVES, V. S. (1988/1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*. Nova Série. Porto: 9/10: 49-61.
- GONZÁLEZ-PRATS, A. (1990) – *Nueva luz sobre la Protohistoria del Sudeste*. Alicante: Universidad de Alicante/Caja de Ahorros Provincial de Alicante, 357 p.
- HARTMANN, A. & SANGMEISTER, E. (1972) – The study of prehistoric metallurgy. *Angewandte Chemie, International Edition*. 11: 620-629.
- KALB, P. (1978) – Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 19: 112-138.
- KALB, P. (1980 a) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. Guimarães. Sociedade Martins Sarmento. 1: 112-138.
- KALB, P. (1980 b) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58: 25-59.
- KALB, P. & HÖCK, M. (1985) – *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Casa dos Patudos*. Alpiarça. Câmara Municipal de Alpiarça/Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa, 60 p.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin. Walter de Gruyter. 2 volumes.
- LILLIOS, K. T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the portuguese lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33(3/4): 261-281.
- Lo SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. In *Le Bronze Atlantique* (Ch. CHEVILLOT & A. COFFYN, ed.). Beynac: 213-226.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J. L.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6: 207-218.
- MARQUES, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. Porto. Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, 13, 37 p.
- MARQUES, G. & ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território português. I – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto. 1: 125-148.

- MEDEROS-MARTIN, A. (1999) – La metamorfosis de Villena. Comercio de oro, estaño y sal durante el Bronce Final I entre el Atlántico y el Mediterráneo (1625-1300 AC). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 56 (2): 115-136.
- MOLINA GONZALEZ, F. (1978) – Definición y sistematización del Bronce Tardío y Final en el Sudeste de la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 3: 159-232.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München. C. H. Beck'sche Verlagbuchhandlung, 312 p.
- MYLONAS, G. E. (1948) – Homeric and Micenean burial customs. *American Journal of Archaeology*. 52 (1): 56-81.
- MYLONAS, G. E. (1957) – *Ancient Micenae the capital city of Agamemnon*. London. Routledge & Kegan Paul, Ltd., 201 p.
- NOGUEIRA, A. M. & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Túmulo da época do Bronze. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 24: 95-97.
- PAÇO, A. do (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. VII – Considerações sobre o problema da metalurgia. *Zephyrus*. Salamanca. 6: 27-40.
- PAÇO, A. do (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16: 117-152.
- PAÇO, A. do & ARTHUR, M. L. (1956) – “Castro” de Vila Nova de S. Pedro. Le problème de la métallurgie. *Crónica del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas* (Madrid, 1954). Zaragoza: 535-541.
- PEREA, A. (1991) – *Orfebrería prerromana*. *Arqueología del oro*. Madrid: Consejería de Cultura de la Comunidad de Madrid/Caja de Madrid. 327 p.
- PEREIRA, G. (1894) – O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. Série II, 7 (1): 77-78.
- PEREIRA, F. A. (1957) – *Sintra do Pretérito*. Sintra. Câmara Municipal de Sintra. 218 p.
- PIGGOT, C. M. (1946) – The Late Bronze Age razors of the British Isles. *Proceedings of the Prehistoric Society*. London. 5: 121-141.
- PONTE, S. & VAZ, J.L.I. (1989) - Considerações sobre algumas fibulas de Santa Luzia (Viseu) - seu contexto estratigráfico. *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu* (Viseu, 1988). Viseu: 181-188.
- RIBEIRO, J. C. (1982/1983) – Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Ivlivs Maelo Cavdicvs*. *Sintria*. Sintra. 1/2: 151-476.
- RUIZ-DELGADO, M. M. (1989) – *Fibulas protohistoricas en el Sur de la Península Ibérica*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla. 263 p.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1991) – Songs of a wayfaring lad. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 10 (3): 277-306.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 a) – Depositos del Bronce Final: Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? *In Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, ed.). *Complutum Extra*. Madrid. 5: 21-32.

- RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 b) – Cronologia de la ría de Huelva en el marco del Bronce Final de Europa Occidental. In *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, ed.). *Complutum Extra*. Madrid. 5: 79-83.
- RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 c) – El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. In *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (M. RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, ed.). *Complutum Extra*. Madrid. 5: 129-155.
- SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H. & TRINDADE, L. (1971) – Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal/Portugal 1970. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 5: 51-96.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin. Walter de Gruyter. 2 vol.
- SCHÜLE, W. (1969) – *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter. 2 vol.
- SERRÃO, E. da C. (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2): 177-186.
- SERRÃO, E. da C. (1959) – Cerâmica com ornatos brunidos a cores da Lapa do Fumo. *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1: 337-359.
- SILVA, A. C. F. da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira. 367 p.
- SILVA, C. T. da & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. 211 p.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994 a) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o Grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2: 215-232.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (1994 b) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura atlântica: (1) A alabarda de tipo “atlântico” do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. 46: 161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. de (2000) – O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do Centro de Portugal. In *Por terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu/Museu Nacional de Arqueologia: 119-146.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. da (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. 1: 245-306.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. da (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste peninsular. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (S. O. Jorge, ed). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 136-139.
- SPINDLER, K.; CASTELLO-BRANCO, A. de; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1973/1974) – Le monument à coupole de l’âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57: 91-153.

- STUIVER, M. & PEARSON, G. W. (1993) – High precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC. *Radiocarbon*. Tucson. 35 (1): 1-23.
- TARAMELLI, A. (1921) – Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. 27: 5-98.
- TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da V. (1964) – Tesouro pré-histórico de Bonabal (Torres Vedras). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74 (3/4): 271-280.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1896) – Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2: 17-24.
- VASCONCELLOS, J. L. de (1920) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24: 193-197.
- VICENTE, E. P. & ANDRADE, G. M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 2: 223-238.
- VILAÇA, R. (1995) – Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2 vol.
- VILAÇA, R. (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*. Coimbra. 36: 27-44.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39: 37-57.